



RELATÓRIO FINAL

5ª Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação

Dezembro | 2024

GOVERNO DO ESTADO



SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO
PRESENTE
FUTURO
PRA GENTE

EXPEDIENTE

Governador:
Jerônimo Rodrigues

Vice-governador:
Geraldo Júnior

Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação:
André Pinho Joazeiro

Chefe de Gabinete
Marcius de Almeida Gomes

Coordenação Geral:
Edson Neves Valadares

Coordenadora Adjunta:
Sahada Josephina Luedy

Subcomissão de Programa e Metodologia:
Sócrates Gomes Pereira Bittencourt Santana
Maria Cristina Brito dos Santos
Fernanda Rodrigues Moraes

Subcomissão de Infraestrutura e Logística:
Ila Baraúna Mendes
Rodrigo de Souza Coutinho

Subcomissão de Comunicação:
Erick Issa
Gabriel Passos Pinheiro

Subcomissão de Articulação e Mobilização:
Salvador Brito de São José
Carla Maria Marinho de Souza Daumerie Santos
Leila Cristiane Colangeli Portela

Subcomissão de Sistematização e Documentação:
Agnaldo Freire
Márcea Andrade Sales
Murilo Serafim da Costa
Handerson Jorge Dourado Leite

Produção de Texto:
Marcius de Almeida Gomes
Edson Neves Valadares
Fernanda Rodrigues Moraes
Luzia Macedo Lima Martins

Equipe Técnica:
Antônio Anderson Cotrim
Diana Sampaio Melo
Patricia Passos Cabral
Luciana Nalim da Silva

CONCITECI
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI
Presidente: André Pinho Joazeiro
Suplente: Marcius de Almeida Gomes
Secretário Executivo: Antônio Anderson Cotrim

Casa Civil
Titular: Afonso Bandeira Florence
Suplente: Mateus Guimarães Martins

Secretaria da Educação - SEC
Titular: Rowenna dos Santos Brito
Suplente: Manoel Calazans

Secretaria da Saúde - SESAB
Titular: Roberta Silva de Carvalho Santana
Suplente: Diego Cavalcante Teixeira Daltro

Secretaria da Fazenda - SEFAZ
Titular: Manoel Vítório da Silva Filho
Suplente: Hélio Oliveira Queiroz Junior

Secretaria da Administração - SAEB
Titular: Edelvino da Silva Goes Filho
Suplente: Luis Fernando de Carvalho Leite

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB
Titular: Handerson Jorge Dourado Leite
Suplente: Ana Paula Trovatti Uetanabaro

Universidade Federal da Bahia - UFBA
Titular: Paulo Cesar Miguez de Oliveira
Suplente: Ronaldo Lopes Oliveira

Fórum de Reitores das Universidades Estaduais da Bahia
Titular: Amali de Angelis Mussi
Suplente: Luiz Otávio de Magalhães

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Titular: Leone Peter Correia da Silva Andrade
Suplente: Walter de Freitas Pinheiro

Academia de Ciências da Bahia
Titular: Manoel Barral Netto
Suplente: Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Instituto Gonçalo Moniz e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Titular: Marilda de Souza Gonçalves
Suplente: Nelson Pretto

Instituto Federal da Bahia e Instituto Federal Baiano
Titular: Luzia Matos Mota
Suplente: Aécio José Araújo Passos Duarte

Federação da Agricultura do Estado da Bahia - FAEB
Titular: Humberto Miranda Oliveira
Suplente: Guilherme de Castro Moura

Federação Das Indústrias da Bahia - FIEB
Titular: Carlos Henrique de Oliveira Passos
Suplente: Pedro José de Lima Neto

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia - FECOMÉRCIO
Titular: Kelsor Gonçalves Fernandes
Suplente: Isabel Sartori

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia e Hub Conquista
Titular: Jorge Khoury Hedaye
Suplente: Victor Barbosa Dultra

Articulação do Semiárido e Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia
Titular: Climério Vale da Silva
Suplente: João Alberto de Souza

Central Única dos Trabalhadores, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
Titular: Maria Madalena Oliveira Firmo
Suplente: Rosa de Souza

SECRETARIAS PARCEIRAS

Secretaria de Desenvolvimento Rural
Osni Cardoso de Araújo

Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura
Wallison Oliveira Torres

Secretaria da Educação
Rowenna dos Santos Brito

Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos povos e comunidades tradicionais
Ângela Guimarães

Secretaria de Cultura
Bruno Monteiro

Secretaria do Planejamento
Cláudio Ramos Peixoto

Secretaria de Políticas para as Mulheres
Neusa Cadore

Secretaria da Saúde
Roberta Silva de Carvalho Santana

Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Davidson Magalhães

UNIVERSIDADES PARCEIRAS

Instituto Federal da Bahia
Luzia Matos Mota

Instituto Federal Baiano
Aécio José Araújo Passos Duarte

Universidade Estadual de Feira de Santana
Amali de Angelis Mussi

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Luiz Otávio de Magalhães

Universidade Estadual de Santa Cruz
Alessandro Fernandes de Santana

Universidade Federal do Oeste da Bahia
Jacques Antonio de Miranda

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Georgina Gonçalves dos Santos

Universidade Federal do Sul da Bahia
Joana Angélica Guimarães da Luz

Universidade do Estado da Bahia
Adriana dos Santos Marmori Lima

Universidade Federal do Vale do São Francisco
Telio Nobre Leite



SUMÁRIO

- 1** Introdução
- 2** Aspectos Metodológicos
 - 2.1** 4ª Edição Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CECTI): Breve Histórico
- 3** As Etapas Macroterritoriais em Números
- 4** A Etapa Estadual em Números
- 5** As Conferências Livres
- 6** As Propostas Originárias da 5ª Conferência Estadual de CT&I
 - 6.1** Eixo 1 - Recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e do ecossistema estadual
 - 6.2** Eixo 2 - Reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas
 - 6.3** Eixo 3 - Ciência, tecnologia e inovação para programas e projetos estratégicos nacionais e estaduais
 - 6.4** Eixo 4 - Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social



O desenvolvimento socioeconômico está diretamente relacionado com a importância conferida à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), considerando seu acúmulo intelectual e potencial inovador, passando seu aspecto inclusivo e sustentável. Para isso, sua relevância e os investimentos devem ser pertinentes às necessidades que formam o esforço público para subsidiar a Ciência e Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento e demais atividades Científicas e Técnicas. Por se tratar de força motriz, é área transversal e integradora de todas as outras áreas de conhecimento e da atuação social de diferentes naturezas, sobre as quais se estruturam as tendências, e que, por sua importância e impacto, são consideradas como eixos de caráter estratégico nos exercícios de construção de cenários futuros.

O planejamento e a implantação de políticas públicas de CT&I exigem convergências fundamentais entre os segmentos acadêmicos, empresariais, públicos e civis, com objetivo de construir um modelo de desenvolvimento com crescimento econômico e qualidade de vida para o conjunto da população. Nesse contexto, as conferências foram oportunidades de uma construção de política de CT&I de forma participativa entre todos os atores que integram os ecossistemas de CT&I na Bahia.

A Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CECTI) consiste em uma convocação para a relevância que as políticas públicas de CT&I têm para sociedade. As atividades ocorridas estavam integradas à 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - V CNCTI, promovida pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. O Decreto nº 11.596, de 12 de julho de 2023, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, convocou a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – 5ª CNCTI para realização em junho de 2024 e instituiu como tema “Ciência, Tecnologia e Inovação para um Brasil Justo, Sustentável e Desenvolvido”.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação publicou no ano 2023, as portarias nº 6.998 e 7.378, alinhadas ao Decreto Presidencial nº 11.596, de 12 de julho de 2023 convocando a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI), onde estabeleceu as diretrizes e estrutura organizacional para a realização da 5ª CNCTI, que foi realizada na cidade de Brasília entre os dias 30 de julho a 01 de agosto de 2024, antecedida por cinco conferências das grandes regiões do país. O principal objetivo da 5ª CNCTI foi a formulação de políticas públicas para o setor de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) com vistas ao desenvolvimento do país e dos estados da federação.

Por conseguinte, os estados e municípios iniciaram suas articulações para a realização das etapas macroterritoriais e estaduais. Contudo, para integrar as políticas e fortalecer o sistema nacional de CT&I, o governo federal estabeleceu temas centrais distribuídos em quatro eixos temáticos para orientar a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI 2025-2035, para os quais os estados apresentaram contribuições a partir das escutas e debates promovidos internamente em seus territórios.

Em consonância com a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a realização da 5ª Conferência Estadual de CT&I – Por Uma Bahia Mais Inovadora – teve como objetivos: propor recomendações para a elaboração da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI 2025-2035 e elaborar a Nova Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia.

A 5ª Conferência de Ciência, Tecnologia e Inovação aconteceu em um momento em que vivemos o advento da inteligência artificial (IA), que tem impactado profundamente nas relações produtivas e no cotidiano da sociedade, com consequências que se fazem presentes no âmbito econômico e na vida social em todas as suas esferas, exigindo decisões que promovam um desenvolvimento equilibrado com dinamismo econômico e justiça social.

O impacto destas mudanças tecnológicas modela profundamente a contemporaneidade. Estas transformações são estruturantes e precisam ser incorporadas de forma humanizada para potencializar o desenvolvimento sustentável.

A Bahia foi o estado que realizou mais conferências, através das plenárias macroterritoriais e das conferências livres, envolvendo mais de 3 mil participantes, dos 27 territórios de identidade, que elaboraram mais de 1 mil propostas e escolheram 300 representantes para a etapa estadual que aconteceu nos dias 4 e 5 de abril em Salvador.

A Bahia, sob a organização do CONCITECI (Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação), alinhada com a determinação da União, conduziu estudos e escutas sociais entre fevereiro e março de 2024, durante 11 Conferências Macroterritoriais, que, de forma agrupada, integrou todos os 27 Territórios de Identidade, realizadas em: Eunápolis, Serrinha, Ilhéus, Irecê, Senhor do Bonfim, Vitória da Conquista, Juazeiro, Seabra, Barreiras, Feira de Santana e Lauro de Freitas.

As Conferências Macroterritoriais envolveram diversos participantes, representando os segmentos que compõem o ecossistema de CT&I da Bahia, como Instituições Educacionais (ensino superior e básico), Poder Público, Sociedade Civil e Setor Produtivo. Estes segmentos também podem ser entendidos como os geradores de conhecimento (compreendendo instituições científicas, tecnológicas e de inovação, redes de educação básica pública e privada), os setores produtivos, os diversos grupos da sociedade civil organizada e setor público em todas as suas esferas (servidores e gestores do Executivo, Legislativo e Judiciário).

O Governo Federal estruturou a Conferência Nacional em 04 eixos temáticos que resultaram em proposições para subsidiar a nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. São eles:

I - Recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;

II - Reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas;

III- Ciência, Tecnologia e Inovação para programas e projetos estratégicos nacionais;

IV- Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento social.

Em consonância com as diretrizes nacionais, as conferências macroterritoriais e estadual tiveram seus debates e plenárias pautadas nestes eixos.

As Conferências Macroterritoriais formularam aproximadamente 1.000 proposições e seus resultados foram condensados, pela subcomissão de sistematização da Coordenação Executiva da 5ª CECTI, em aproximadamente 100 propostas, depois enviadas à etapa estadual da 5ª CNCTI. Durante a etapa estadual, os representantes territoriais e demais representações debateram as proposições sistematizadas e as novas propostas formuladas no decorrer das discussões, aprovando, assim, as contribuições da 5ª CECTI, base inicial para a construção da nova Política Estadual de CT&I e para colaborar com os demais estados da federação na atualização da Estratégia Nacional de CT&I.

A promoção de um ambiente democrático para os debates propostos para a 5ª CECTI permitiu realização de um diagnóstico da situação de CT&I na Bahia e o mapeamento dos pontos que o estado precisa avançar na geração da ciência (produção do conhecimento), na tecnologia e inovação, e também em relação às novas áreas e instrumentos de investimento e de financiamento, além de estimular as instituições de ensino e pesquisa (públicas e privadas), que formam e aperfeiçoam recursos humanos, a otimizar o ensino básico e superior e adequá-los aos novos desafios contemporâneos, bem como para dar suporte ao desenvolvimento do País e do estado.

2 METODOLOGIA DA 5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL

2.1 4ª Edição Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CECTI): Breve Histórico

A Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CECTI) na Bahia e, notadamente, a 4ª edição, ocorrida em 2019, representaram um marco significativo para o avanço do setor no estado. Na 4ª CECTI, as Conferências Macroterritoriais envolveram diversos setores, promovendo uma participação diversificada de todos os Territórios de Identidade do Estado. As mais de 1.250 propostas originadas nessas conferências ressaltaram a necessidade imperativa de integrar o ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), de identificar temas e projetos estratégicos, valorizar e expandir a infraestrutura e a formação para a sociedade 5.0, a promoção da inovação, a busca por financiamento em CT&I e a popularização da ciência no estado.

Durante esse período, algumas adversidades inibiram a conclusão desse processo, como, por exemplo, a emergência da pandemia da Covid-19 e o projeto negacionista expresso no esvaziamento das políticas públicas de CT&I por parte do Governo Federal. Em resposta a essas conclusões, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) agiu de maneira proativa, concentrando esforços na aprovação da Lei 14.315/2021, o Marco Legal de CTI, e no Decreto governamental 22.327/2023, peças fundamentais para modernizar as relações entre pesquisadores e o Estado, impulsionando a CT&I na Bahia.



2.2 5ª Edição Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CECTI): Metodologia

Os participantes da 5ª CECTI Macroterritoriais foram distribuídos em Grupos de Trabalho (GTs), pelos 4 Eixos Temáticos orientados pelo Ministério da CT&I. Estes GTs foram formados por um(a) Facilitador(a) e um(a) Relator(a), indicados pelas UEBAS (Universidades Estaduais), que coordenaram a dinâmica metodológica. Além da atualização das propostas oriundas da 4ª CECTI, que puderam ser emendadas ou alteradas, foram apresentadas novas proposições pelos participantes.

Após a formulação/atualização das proposições nos GTs, estas foram lançadas pelos relatores, no Sistema Relatus. As formulações das propostas elaboradas nas Plenárias Macroterritoriais foram sistematizadas por uma subcomissão da SECTI e FAPESB e encaminhadas para debate, atualização e validação na etapa estadual da 5ª CECTI.

Para uniformizar o conhecimento mínimo e instrumentalizar os participantes das Plenárias Macroterritoriais e as Conferências Livres para o debate durante os eventos, a SECTI e a FAPESB elaboraram um Documento de Referência contextualizando cada eixo temático e as proposições oriundas da 4ª CECTI para serem discutidas, atualizadas e acrescidas de novas contribuições. Este Documento de Referência foi distribuído com antecedência nos espaços de predominância dos atores do ecossistema e disponibilizado no site e nas redes sociais da SECTI e seus parceiros.

Apesar da Conferência Nacional não ter previsto a eleição de delegados, a Bahia fez opção por eleger representantes dos 27 territórios de identidade, unidades de planejamento e gestão das políticas públicas do estado da Bahia. Os critérios definidos para a indicação foram 2 vagas para cada um dos 4 segmentos que compõem o ecossistema de CT&I. Foram 8 por território e mais 1 de livre indicação dos colegiados territoriais, arranjo institucional de articulação e organização dos atores da sociedade civil, totalizando 9 representantes territoriais.

A soma dos indicados como representantes na 5ª CECTI ficou distribuída da seguinte forma: 243 dos 27 territórios de identidade, sendo 216 indicados pelos segmentos do ecossistema e 27 dos Colegiados Territoriais; 21 indicados pelas Conferências Livres; além dos 36 representantes natos, membros titulares e suplentes do Conselho Estadual e CT&I. A soma final foi de 300 representantes eleitos para a etapa estadual da 5ª CECTI.

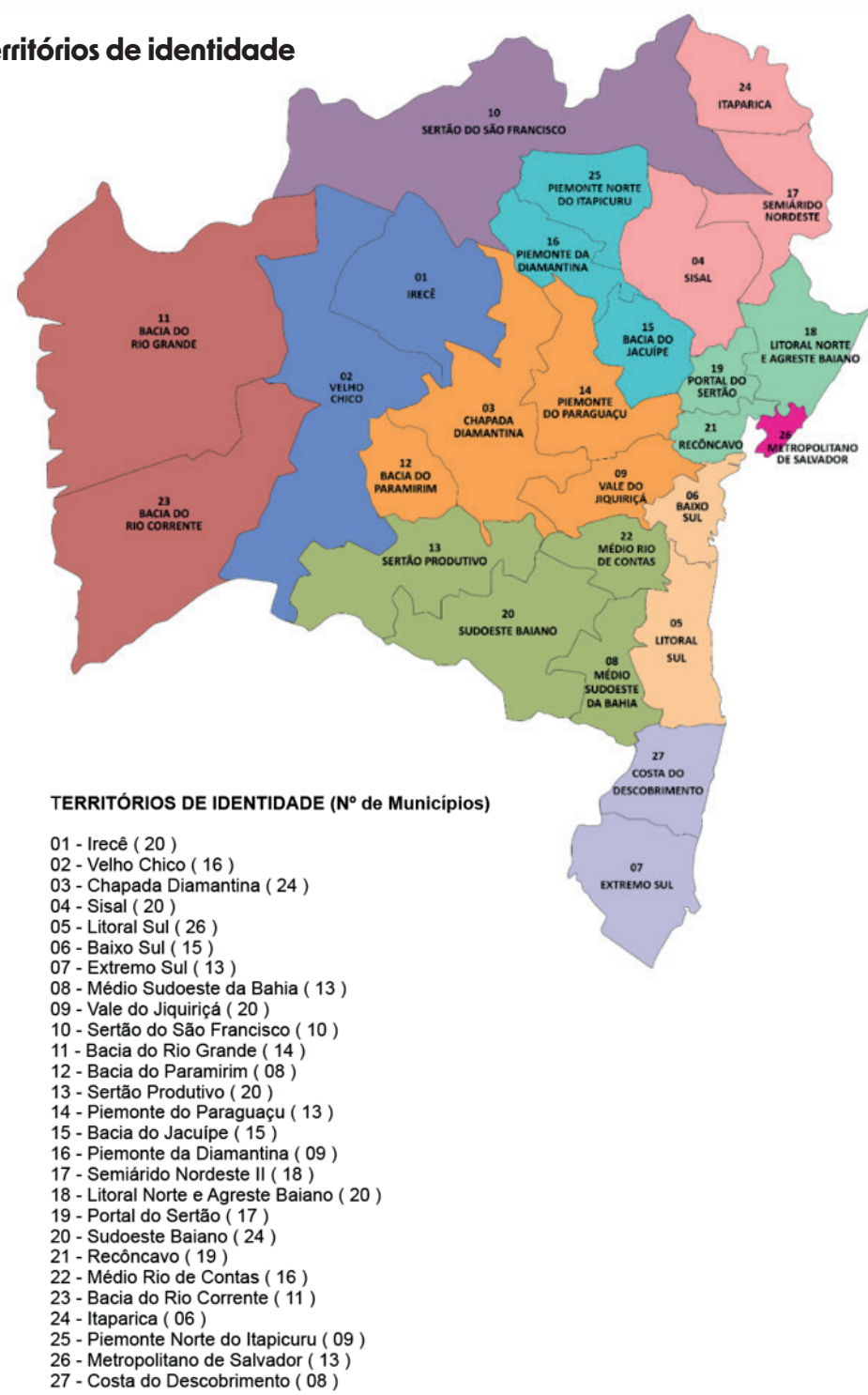
Ainda no item metodologia, cabe destacar dois outros aspectos importantes da 5ª CECTI que qualificaram as escutas sociais. A primeira foi a utilização do Sistema Relatus, gentilmente cedido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o que permitiu a classificação e a sistematização imediata das propostas apresentadas pelos participantes.

Outro recurso essencial para o sucesso das Plenárias Macroterritoriais foi o envolvimento da Secretaria de Planejamento do Estado e das Universidades Estaduais na coordenação dos trabalhos, atuando na mediação com os atores do ecossistema de CT&I. Na preparação destas atividades, foram realizados vários treinamentos com as equipes técnicas das universidades, através de simulados representando situações concretas para antecipar os acontecimentos durante as Plenárias.

3 AS ETAPAS MACROTERRITORIAIS EM NÚMEROS

A 5ª CECTI-BA foi precedida por 11 (onze) Conferências Macroterritoriais, assegurando a participação da população dos 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade:

Figura 1 – Territórios de identidade



Quadro 1 – Cronograma da etapa regional da 5ª CECT&I, Bahia, 2024

Macroterritórios	Locais das Plenárias	Data
Sisal, Semárido Nordeste II e Itaparica	Serrinha	27/02/2024
Extremo Sul e Costa do Descobrimento	Eunápolis	27/02/2024
Irecê e Velho Chico	Irecê	27/02/2024
Sertão do São Francisco	Juazeiro	27/02/2024
Litoral Sul, Baixo Sul, Vale de Jiquiriçá e Médio Rio de Contas	Ilhéus	29/02/2024
Chapada Diamantina, Piemonte de Paraguaçu e Bacia do Paramirim	Seabra	29/02/2024
Bacia do Jacuípe, Piemonte Diamantina e Piemonte Norte Itapicuru	Sr. do Bonfim	29/02/2024
Médio Sudoeste, Sudoeste Baiano e Sertão Produtivo	Vitória da Conquista	01/03/2024
Bacia do Rio Grande e Bacia do Rio Corrent	Barreiras	05/03/2024
Recôncavo, Agreste, Litoral Norte e Portal do Sertão	Feira de Santana	07/03/2024
Território Metropolitano de Salvador	Lauro de Freitas	16/03/2024
Conferência Estadual de CT&I	Salvador	4 e 5/04/2024

As Conferências Macroterritoriais tiveram a seguinte programação:

PROGRAMAÇÃO MACROTERRITORIAIS

De 27/02 a 14/03 de 2024
Para as 11 plenárias da V CECTI Macroterritoriais

8h – Credenciamento

9h – Mesa de Abertura

9h30 – Breve Balanço e Apresentação do Programa Bahia + Inovadora

10h – Dinâmica Metodológica da 5ª CECTI

10h30 – Divisão de Grupos por 4 Eixos

12h – Almoço

13h30 – Finalização do Trabalho de Grupos

15h30 – Plenária Final – Representantes dos Territórios de Identidade

As plenárias das Conferências Macroterritoriais consideraram o diálogo democrático, observando as características e particularidades de cada território de identidade do interior do estado. A SECTI e os órgãos do Governo do Estado fizeram um sólido plano de comunicação e divulgação do evento, utilizando redes sociais, rádios, blogs e outros veículos de comunicação, atingindo os mais variados setores sociais, de forma a exercer a democracia participativa como princípio.

Tabela 1 – Número de participantes por Macroterritório - Etapa regional da 5ª CECTI, Bahia, 2024

PARTICIPANTES	
MACROTERRITÓRIO	TOTAL
Serrinha	115
Eunápolis	87
Irecê	111
Juazeiro	104
Ilhéus	192
Seabra	273
Senhor do Bonfim	143
Vitória Da Conquista	139
Barreiras	248
Feira de Santana	388
Lauro de Freitas	103
Conferências Livres	1104
TOTAL	3007

Fonte: SECTI/2024

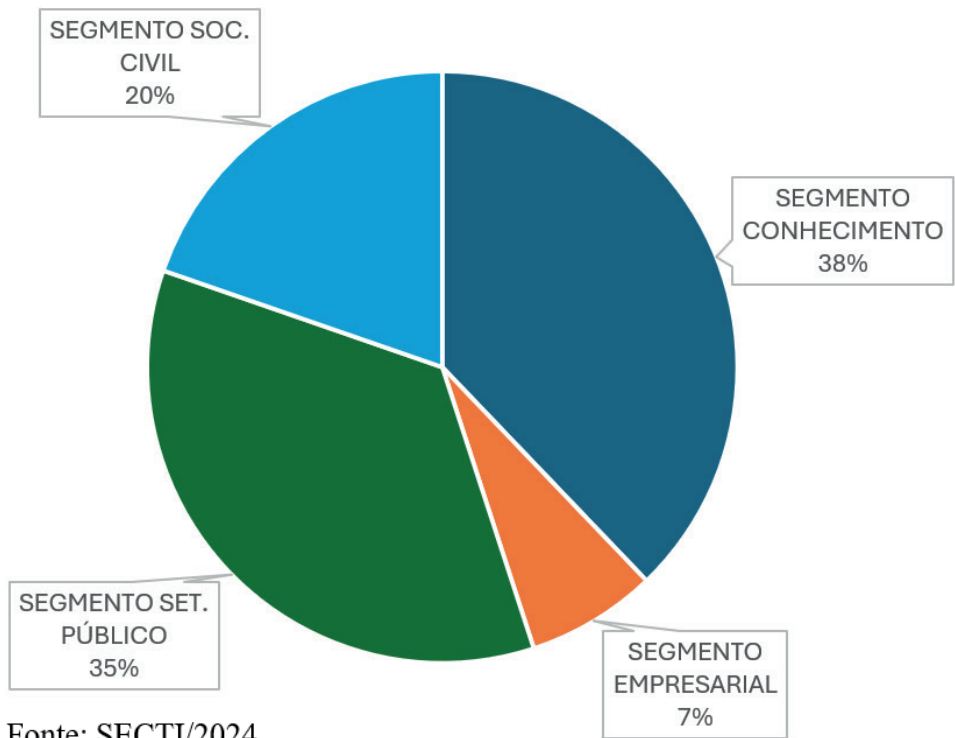
Conforme demonstrado na Tabela 1, aproximadamente três mil pessoas participaram das plenárias Macroterritoriais em todo estado. A expressiva participação popular evidencia a importância da temática de Ciência, Tecnologia e Inovação como força motriz para resoluções de problemas da população, diminuição das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida.

Tabela 2 – Número de participantes por segmento e Macroterritório - Etapa regional da 5ª CECTI, Bahia, 2024

MACROTERRITÓRIO	SEGMENTOS			
	CONHECIMENTO	EMPRESARIAL	SET. PÚBLICO	SOC. CIVIL
Serrinha	58	4	38	15
Eunápolis	22	15	26	24
Irecê	29	4	63	15
Juazeiro	44	7	41	12
Ilhéus	81	7	78	26
Seabra	104	21	105	43
Senhor do Bonfim	48	5	55	35
Vitória Da Conquista	45	23	52	19
Barreiras	62	14	55	117
Feira de Santana	195	24	126	43
Lauro de Freitas	32	12	33	26
Conferências Livres				
TOTAL	720	136	672	375

Fonte: SECTI/2024

Gráfico 1 – Percentual por segmento 5ª Conferência de CT&I, Bahia, 2024



Fonte: SECTI/2024

Entre os participantes, o segmento que mais se fez presente nas Plenárias Macroterritoriais da 5ª CECTI foi o da geração de conhecimento, com 38% dos inscritos (Gráfico 1), seguido do setor público com 35%, Sociedade Civil Organizada com 20% e Setor Empresarial com 7%.

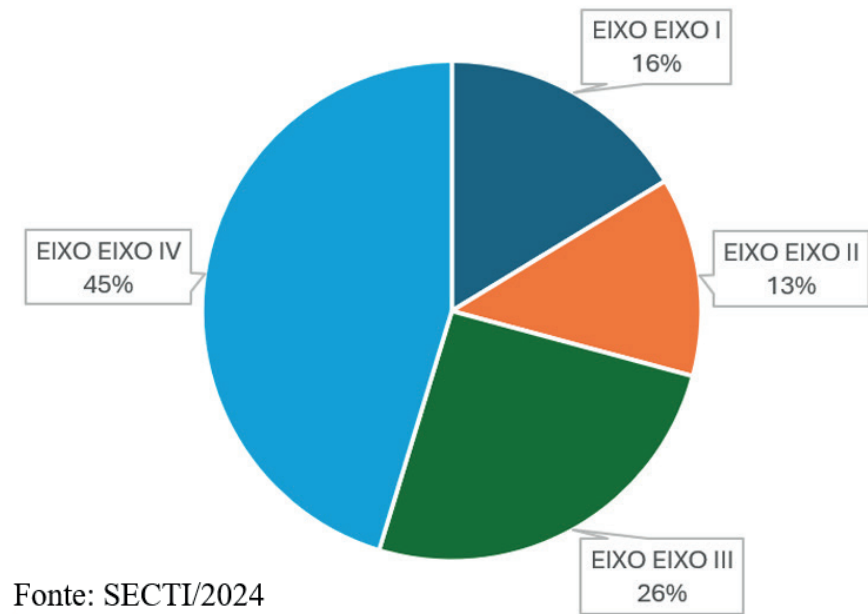
Tabela 3 – Número de participantes por eixo temático e macroterritório - Etapa regional da IV CECTI, Bahia, 2019

MACROTERRITÓRIO	EIXO			
	EIXO I	EIXO II	EIXO III	EIXO IV
Serrinha	21	23	31	40
Eunápolis	16	20	21	30
Irecê	20	8	31	52
Juazeiro	23	13	26	42
Ilhéus	39	19	40	94
Seabra	46	31	54	142
Sr. Do Bonfim	31	9	47	56
Vit. Da Conquista	20	32	35	52
Barreiras	25	28	37	158
Feira de Santana	54	42	141	151
Lauro de Freitas	15	20	22	44
Conferências Livres				
TOTAL	310	245	485	861

Fonte: SECTI/2024

A expressiva participação no Eixo IV - Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento social evidencia o interesse dos participantes neste conteúdo, observado que este eixo representou cerca de 45% da demanda/debates da Conferência, seguido pelos Eixos III, I e II, conforme demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Percentual de participantes por eixo 5ª Conferência de CT&I, Bahia, 2024



Fonte: SECTI/2024

As Conferências Macroterritoriais, além de representativas pela quantidade de participantes, foram exitosas no que tange à qualidade dos seus debates. Os vários atores do ecossistema de CT&I apresentaram cerca de 1000 propostas nas 11 Conferências Macroterritoriais. Os debates foram intensos, com posicionamentos das mais variadas interpretações sobre os temas discutidos. Importante salientar que durante esta etapa da 5ª CECTI todas as propostas apresentadas foram acolhidas, sendo incorporadas para posterior deliberação na etapa estadual da conferência.

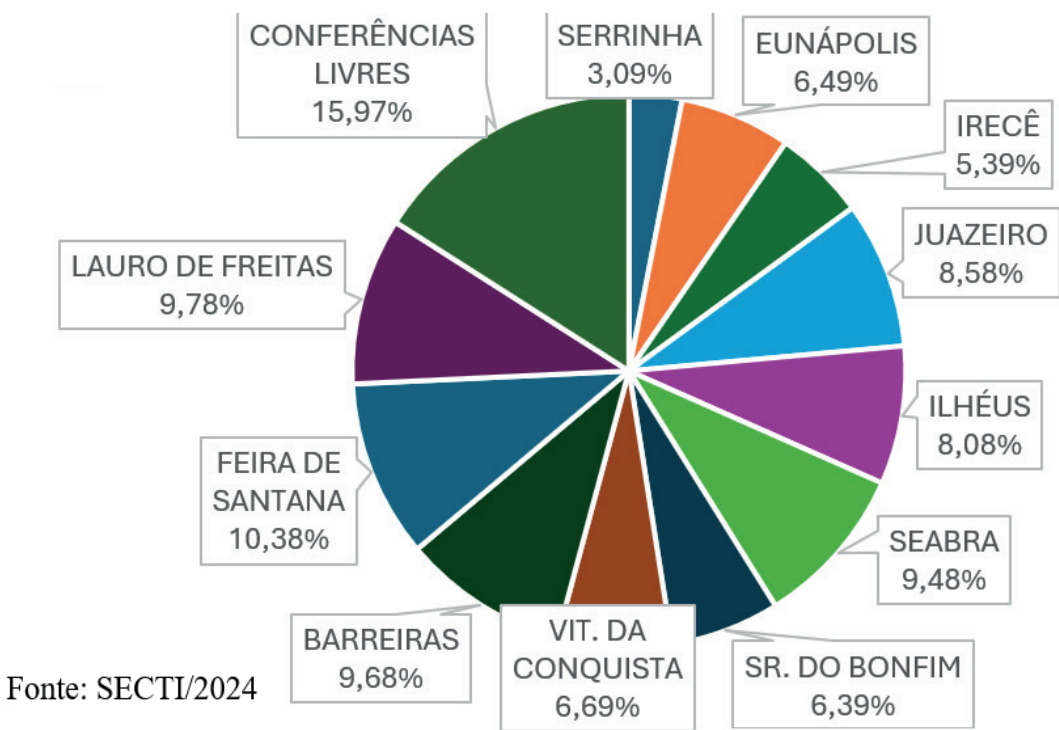
Tabela 4 – Número de propostas por eixo temático, abrangência e macroterritório - Etapa regional da 5ª CECTI, Bahia, 2024

	EIXO I	EIXO II	EIXO III	EIXO IV	TOTAL
SERRINHA	11	0	1	19	31
EUNAPOLIS	12	12	6	35	65
IRECE	5	14	12	23	54
JUAZEIRO	24	10	12	40	86
ILHEUS	13	11	15	42	81
SEABRA	40	18	11	26	95
SR. DO BONFIM	24	8	8	24	64
VITÓRIA DA CONQUISTA	16	23	8	20	67
BARREIRAS	22	25	9	41	97
FEIRA DE SANTANA	21	15	32	36	104
LAURO DE FREITAS	25	22	17	34	98
	213	158	131	340	842
CONFERÊNCIAS LIVRES	160				
TOTAL	1002				

Fonte: SECTI/2024

Abaixo, no gráfico 3, a representação do percentual de proposições de cada macroterritório, incluindo as Conferências livres.

Gráfico 3 – Percentual propostas 5ª Conferência de CT&I, Bahia, 2024



Fonte: SECTI/2024

As proposições das Conferências Macroterritoriais, conforme disposto no anexo I, foram inseridas no Sistema Relatus, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, onde, posteriormente, foram revisadas pela equipe da SECTI e FAPESB para agrupamento e encaminhamento para etapa estadual. Ainda na etapa macroterritorial, foram escolhidos representantes por segmento para representação proporcionalmente justa na etapa estadual.

Tabela 5 – Número e percentual de delegados eleitos por segmento - Etapa regional da 5ª CECTI, Bahia, 2024

REPRESENTANTES POR SEGMENTO		PERCENTUAL
Geração de Conhecimento	45	14%
Setor Empresarial	49	15%
Setor Público	56	17%
Sociedade Civil	129	40%
CONCITECI	36	11%
Conferências Livres	10	3%
TOTAL	325	100%

Fonte: SECTI/2024

A SECTI organizou e mobilizou outros entes para assegurar a presença dos representantes eleitos na plenária estadual, por meio de custeio das passagens dos representantes da Sociedade Civil Organizada e hospedagem e alimentação de todos os representantes eleitos.

4 A ETAPA ESTADUAL EM NÚMEROS

O processo de credenciamento dos representantes dos 27 territórios de identidade, dos membros do Conselho Estadual de CT&I e dos representantes indicados pelas conferências livres iniciou-se no dia 3 de abril de 2024 e teve como recepção a realização de colóquios da Pré-Conferência de CT&I, sendo um para cada eixo temático da 5ª CECTI.

ATIVIDADE
PRÉ-CONFERÊNCIA

3 DE ABRIL (QUARTA-FEIRA) | FIESTA BAHIA HOTEL

PROGRAMAÇÃO

12h – Chegada dos participantes no hotel

14h – Credenciamento dos representantes e convidados

14h às 15h – Reunião do Conselho Estadual de CT&I: apresentação do documento referência da 5ª Conferência

15h10 às 17h – Colóquios

COLÓQUIOS

Os programas de pós-graduação e os processos de inovação nas universidades como potencializadores de soluções para as demandas tecnológicas territoriais.
Coordenadora: Profª Drª Marcea Sales

A educação científica e a formação profissional: perspectivas curriculares, popularização e interiorização das ciências.
Coordenador: Prof. Dr. Antônio Cotrim

As tecnologias sociais como impulsionadoras do desenvolvimento territorial sustentável.
Coordenadora: Drª Isamara Mendes

A importância de espaços dinamizadores de inovação e criatividade para o desenvolvimento de projetos e registro de propriedade intelectual.
Coordenadora: Ms. Bárbara Carole

A ETAPA ESTADUAL EM NÚMEROS

A mesa institucional de abertura da 5ª CECTI contou com a presença de Secretários(as) de Estado, parlamentares, institutos de ensino superior, entidades representativas do empresariado e da sociedade civil organizada, além de agências de desenvolvimento, como FINEP, BNB, Desenbahia, dentre outros. Na oportunidade, foi instalada a mesa coordenadora da 5ª CECTI. A tabela abaixo mostra a participação por segmentos:

REPRESENTANTES POR SEGMENTO - PRESENTES		PERCENTUAL
Geração de Conhecimento	39	18%
Setor Empresarial	33	15%
Setor Público	47	22%
Sociedade Civil	77	35%
Conciteci	12	5%
Conferências Livres	10	5%
TOTAL		218 100%

A mesa coordenadora abriu os trabalhos com a apresentação da dinâmica e a metodologia dos grupos de trabalho, constituídos pelos quatro eixos temáticos que debateram os resultados obtidos nas Conferências Macroterritoriais. Os grupos foram coordenados por dois especialistas indicados pela SECTI, que conduziram os debates e as validações/reformulações das propostas, advindas por processo de agrupamento feito pela equipe da SECTI e distribuídas pelos eixos temáticos.

Os debates nos grupos temáticos foram intensos e as proposições foram aperfeiçoadas, com aditivos e adequações, a partir das contribuições dos representantes, convidados e participantes em geral. As votações foram prerrogativas dos representantes, cabendo aos demais presentes colaborar com o debate, não havendo cerceamento algum à participação.

Ao final, as propostas elaboradas nos grupos de trabalho foram organizadas em uma única planilha para a apresentação no segundo dia da 5ª CECTI, durante a plenária final, na qual todos os participantes dos grupos temáticos se encontraram e puderam debater os demais eixos que compõem subsídios para a nova política.

A apreciação e votação das propostas obedeceu a seguinte ordem: a leitura das propostas aprovadas pelos grupos temáticos; após a apresentação das propostas e cada eixo, quando não havia proposição de “destaques”, os pontos eram considerados aprovados por unanimidade; e após a leitura de cada bloco temático, era feita a leitura de todos os destaques encaminhados anteriormente apresentados para Mesa Diretora.

As votações obedeceram aos seguintes critérios: por contraste em relação ao levantamento dos crachás; por maioria simples dos participantes presentes – 50% mais um; foram encaminhadas as recontagens de votos nos casos de dúvidas quando houve decisões dos participantes da conferência; e em toda votação, quando ocorreram contagens de votos, foram registrados os votos a favor, os votos contrários e as abstenções.

A plenária final foi o momento de discussão e deliberação pelos representantes. Foi garantido o direito à voz aos demais participantes. As deliberações na plenária final foram definidas a partir das prioridades estabelecidas pelos grupos de trabalho, considerando os quatro eixos e os temas da conferência. As propostas de deliberação construídas pelos grupos de trabalho foram apreciadas e votadas pelos(as) representantes, visando à definição das propostas que serão encaminhadas ao CONCITECI, vinculado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, em instrumento apropriado.

16 REALTÓRIO FINAL 5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

REALTÓRIO FINAL 5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 17

5 AS CONFERÊNCIAS LIVRES

As Conferências Estaduais Livres foram integradas como componente fundamental das atividades planejadas durante a realização da 5ª Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CECTI). Estas atividades foram agendadas para ocorrer no período de 13 de março a 16 de abril de 2024, como extensão das ações da 5ª CECTI, conforme estabelecido pela Portaria nº 55, publicada em 13/11/23 pela Secretaria de Ciência e Tecnologia da Bahia (SECTI). Além disso, foram previstas como parte integrante das discussões da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O propósito das Conferências Livres Estaduais foi explorar os saberes provenientes de diversas camadas da sociedade na elaboração da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação. Portanto, essas conferências visaram promover a diversidade de temas, incentivaram a apresentação de pesquisas e trabalhos em diversas áreas da CT&I, estimularam o debate e fomentaram a colaboração, facilitando a formação de redes de cooperação entre diferentes atores. Elas se configuraram, assim, como uma oportunidade para que parlamentares, acadêmicos, mulheres, juventudes, sindicalistas, povos tradicionais, pesquisadores negros, gamers e agricultores familiares apresentassem suas propostas que contribuíssem com suas perspectivas para a construção participativa da Política Estadual de CT&I e para a 5ª CNCTI.



O modelo de participação das conferências livres seguiu as diretrizes estabelecidas pelo documento de referência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. No âmbito estadual, foi criado um formulário para as contribuições específicas dessas conferências para a Política Estadual de CT&I. A convocação das Conferências Livres ficou sob a responsabilidade dos segmentos e entidades encarregados de mobilizar seus respectivos públicos. A SECTI ajudou na divulgação por meio de suas redes, sites e materiais para a imprensa.

Foram debates com muita riqueza de argumentações, com especialistas e militantes de temas essenciais para elaboração de um modelo de desenvolvimento que incorpore as demandas da sociedade como um todo, mas também considere as legítimas demandas setoriais por direitos, observado o Anexo II com as proposições das Conferências Livres.



6 AS PROPOSTAS ORIGINÁRIAS DA 5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CT&I

A 5ª Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação teve abrangência estadual mediante a realização das etapas macroterritoriais e estadual, da seguinte forma:

Etapa Macroterritorial: 11 (onze) plenárias em um único dia entre os dias 27 de fevereiro e 16 de março, nas cidades de Eunápolis, Serrinha, Ilhéus, Irecê, Senhor do Bonfim, Vitória da Conquista, Juazeiro, Seabra, Barreiras, Feira de Santana e Lauro de Freitas, cidades-sedes dos Macroterritórios da Bahia.

Etapa Estadual: plenária final nos dias 04 e 05 de abril, na cidade de Salvador.

Os participantes foram agrupados em quatro subgrupos, sendo eles os representantes com direito a voz e voto, selecionados na Conferência Macroterritorial; convidados com direito à voz; e participantes com direito com direito à voz). Nas Macroterritoriais, foram eleitos aproximadamente 300 representantes, distribuídos em quatro segmentos - geração do conhecimento, empresarial, setor público e sociedade civil organizada – que representaram os Territórios de Identidade na Conferência Estadual.

Concomitante às Macroterritoriais, ocorreram as Conferências Livres entre os dias 13 de março e 03 de abril para dialogar sobre os saberes de diferentes segmentos da sociedade na construção da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Essas Conferências promoveram a diversidade temática, incentivaram a apresentação de pesquisas e trabalhos em várias áreas da CT&I, estimularam o debate e fortaleceram a colaboração, facilitando a criação de redes de cooperação entre diversos atores. Foram uma oportunidade para que parlamentares, acadêmicos, mulheres, jovens, sindicalistas, povos tradicionais, pesquisadores negros, gamers e agricultores familiares pudessem apresentar suas propostas, contribuindo com suas perspectivas para a elaboração participativa da Política Estadual de CT&I e para a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Os temas debatidos nas Conferências Livres foram: jogos digitais; juventudes, ciência, tecnologia e sustentabilidade – limites e possibilidades; mulheres e meninas na ciência; caminho da agroecologia: pesquisa, desenvolvimento e inovações sociais; impactos das tecnologias digitais no mundo do trabalho; tecnologia e inovação – tecnologia social e economia solidária; impacto da ciência, tecnologia e inovação na população negra; e equidade racial e de gênero na ciência.

O modelo de participação das Conferências Livres seguiu as diretrizes estabelecidas no documento de referência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. No contexto estadual, foi desenvolvido um formulário específico para coletar as contribuições dessas conferências à Política Estadual de CT&I. A convocação das Conferências Livres ficou a cargo dos segmentos e entidades responsáveis por mobilizar seus respectivos públicos. A SECTI apoiou na divulgação por meio de suas redes sociais, sites e materiais de imprensa.

Para facilitar a compreensão, proposições similares foram agrupadas, permitindo a identificação de princípios orientadores para a formulação da nova Política de CT&I da Bahia. Essa sistematização resultou em aproximadamente 100 proposições, nas quais foram destacadas as ações sob responsabilidade da SECTI e de outras Secretarias de Estado (Anexo III). Conforme mencionado anteriormente, aproximadamente 1.000 proposições foram apresentadas durante a etapa macroterritorial da 5ª Conferência Estadual de CT&I (Anexo I).

Na etapa estadual, ocorreu a votação e aprovação das proposições. Estas proposições aprovadas

foram agrupadas pela similaridade do tema, separadas as de competência de outras Secretarias de Estado e de competência da SECTI. As proposições que não são de competência da SECTI foram destacadas e direcionadas para as Secretarias de competência.

A seguir, apresentamos texto resumo das proposições originárias por Eixo.

6.1 Eixo I - Recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e do ecossistema estadual

TEMA 1 RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO NO PAÍS

Proposição 1

Expandir os espaços promotores de inovação, como a Sala do Empreendedor, Espaço Colaborar, ambientes de transferência de tecnologia das universidades, incubadoras, espaço maker, parques, polos tecnológicos e hubs, garantindo a implantação e expansão da infraestrutura de ciência, tecnologia e inovação em todos municípios, com o objetivo de fomentar a capacitação profissional em diferentes áreas de atuação, principalmente àquelas relacionadas ao cooperativismo, colaboração, associativismo e arranjos produtivos locais, conforme o dispositivo da Lei Geral da MPE/123, de dezembro de 2006.

Proposição 2

Formular uma política de implantação e fortalecimento de habitats de inovação, em regime de colaboração entre os entes federais, estaduais e municipais, considerando o grau de maturidade e desenvolvimento de cada região, garantindo acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência (PDC) e contemplando o desenvolvimento de espaços dinamizadores, tais como coworkings, laboratórios compartilhados, incubadoras, incubadoras de economia solidária, aceleradoras, salas do empreendedor, espaço maker, bases tecnológicas, incubadoras de negócios de impacto social, dentre outras estratégias, incluindo atividades de articulação de comunidades, povos tradicionais e indígenas, e troca de saberes, assegurando o protagonismo desses grupos como produtores de conhecimento.

Proposição 3

Estabelecer mecanismos que estimulem e fomentem a criação de fundos patrimoniais pelas ICTs, garantindo a sustentabilidade e continuidade das ações de CT&I.

Proposição 4

Criar e fortalecer um fundo financeiro de estímulo à inovação que substitua ou reformule o INOVATEC, sob gestão da SECTI, assegurando o caráter propositivo, normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador do conselho gestor de Ciência, Tecnologia e Inovação - CONCITECI.

Proposição 5

Garantir a infraestrutura para o funcionamento dos órgãos de CT&I do estado, incluindo planos de cargos e carreiras que contemplem pessoal permanente do quadro efetivo, além de programas institucionais como primeiro emprego e extensão universitária por meio de bolsas, entre outras iniciativas.

Proposição 6

Criar e aperfeiçoar mecanismos de financiamento, fomento, prospecção e viabilização para a melhoria do acesso à infraestrutura e ações de CT&I, promovendo a desburocratização na compra, implantação e manutenção, por meio de um fundo financeiro que substitua o INOVATEC, sob cogestão e supervisão da SECTI, utilizando recursos nacionais e internacionais.



Proposição 7

Criar mecanismos de prospecção e viabilização do acesso a oportunidades de financiamento a ações de CT&I, com recursos estaduais, federais e de organismos internacionais.

Proposição 8

Compor quadro permanente dos NITs, garantindo a fixação de recursos humanos qualificados.

Proposição 9

Financiar a implementação e o desenvolvimento de centros de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação em todos os Campus das universidades estaduais.

Proposição 10

Estabelecer política sistemática de atualização e manutenção da infraestrutura laboratorial de pesquisa nas ICTs, garantindo apoio ao funcionamento pleno e o acesso dos multiusuários.

TEMA 2

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS NA ÁREA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Proposição 1

Criar, fortalecer, ampliar e divulgar o Observatório para o Fortalecimento do Ecosistema de CT&I na Bahia, que integre a pesquisa e a extensão desenvolvida, promova a articulação das instituições por meio de uma plataforma aberta e de software livre, com bancos de dados para análise de oportunidades, pesquisas e competências relacionadas à CT&I, além de ampla divulgação de editais, de forma clara e acessível, linkando para plataformas do Governo e realizando encontros de compartilhamento de conhecimento.

Proposição 2

Fomentar, implementar e assegurar a educação científica no ensino básico, promovendo a formação continuada de professores de todas as áreas e de alunos, articulada com as instituições de ensino superior, e o desenvolvimento da sociedade digital.

Proposição 3

Fomentar e implementar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico, incluindo laboratórios, bibliotecas digitais e outros espaços colaborativos de pesquisa, em instituições de ensino de todos os níveis e modalidades, visando a formação de pessoas para a Sociedade 5.0.

Proposição 4

Incentivar e implementar programas de ensino, pesquisa, extensão na formação e capacitação de pessoas, em espaços formais e não formais de educação, em todos os níveis e modalidades, nas temáticas relacionadas à CT&I, em parceria com as Instituições de Ensino Superior.

Proposição 5

Garantir uma educação pública, gratuita, de qualidade, acessível e inclusiva, com ênfase em CT&I e tecnologia assistiva, em todos os níveis e modalidades, dialogando com as diferentes realidades

Proposição 6

Fomentar e desenvolver pesquisa e promover ações objetivando a formação e mobilização social para garantir a cultura do brincar tradicional e tecnológico para crianças de 0 a 6 anos, incluindo crianças com deficiência e deficiências ocultas, e adolescentes, com vistas à preparação socioafetiva, psicomotora e cognitiva do ser humano da sociedade 5.0, assegurando a proteção à sua privacidade.

Proposição 7

Fomentar, desenvolver e promover pesquisa e ações objetivando a formação e mobilização social para garantir a preparação socioafetiva, psicomotora e cognitiva de jovens, adultos e idosos, prioritariamente em risco de vulnerabilidade social, na sociedade 5.0, assegurando uma educação pública, gratuita, de qualidade, acessível, inclusiva e dialogando com as diferentes realidades urbanas e rurais, com ênfase em CT&I e proteção à sua privacidade.

Proposição 8

Estimular inserção de conteúdo de CT&I, acessível e inclusivo na estrutura curricular da educação básica, superior e popular (foco na resolução de problemas locais e vocações territoriais)

Proposição 9

Fomentar, construir, implementar e acompanhar a inserção de conteúdos de CT&I na estrutura curricular em todos os níveis e modalidades de ensino, diversificando metodologias e desenvolvendo competências técnicas e socioemocionais, contemplando a formação inicial e continuada, a capacitação dos profissionais envolvidos na sua aplicação, com foco na resolução de problemas locais e vocações territoriais, garantindo que esses conteúdos sejam aplicados e disseminados na sociedade.

Proposição 10

Fomentar e desenvolver práticas STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática) na educação, em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como nas atividades de pesquisa, extensão e em espaços makers.

Proposição 11

Fomentar, implementar e melhorar a infraestrutura de ensino científico-tecnológico e informacional, bem como a formação de professores em todos os níveis e modalidades de ensino, utilizando metodologias funcionais, com foco nas demandas territoriais e nas práticas vocacionais relacionadas à sociedade 5.0.

Proposição 12

Estabelecer, desenvolver e impulsionar a gestão integrada da informação técnico-científica e informacional para apoio ao desenvolvimento da inovação, em conformidade com a legislação vigente e em sintonia com os marcos legais constituídos ou deliberados pelas instâncias de consulta, pactuação e deliberação da política pública de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Proposição 13

Fomentar o desenvolvimento de programas baseados em temas estratégicos de CT&I, que são definidos e revisados periodicamente pelo CONCITECI.

Proposição 14

Incentivar e promover a formação em ciência, tecnologia, empreendedorismo, cooperativismo, associativismo e inovação, além de apoiar a pesquisa científica na educação básica, ensino tecnológico, superior e em espaços não escolares e interestaduais.

Proposição 15

Instituir, fomentar e ampliar programas de iniciação científica e tecnológica na educação básica, articulados com instituições de ensino superior, garantindo recursos materiais e financeiros aos estudantes, professores e escolas, e assegurando as condições necessárias para sua realização e efetivação.

Proposição 16

Fomentar pesquisa e ações objetivando formação e mobilização social para garantir a preparação socioafetiva, psicomotora, cognitiva do público da educação de jovens, adultos e idosos (EJA) na sociedade 5.0 e proteção à sua privacidade.

Proposição 17

Fomentar e ampliar o quantitativo de vagas para cursos técnicos, de graduação e pós-graduação nas áreas de tecnologia de informação e aplicações para promover a inclusão do cidadão na sociedade 5.0.

Proposição 18

Criação e interiorização de cursos de níveis técnico, graduação e pós-graduação nas áreas de jogos digitais, robótica e temas tecnológicos emergentes.

Proposição 19

Fomentar a formação inicial e continuada dos conselheiros que compõem os conselhos territoriais de CT&I.

Proposição 20

Implantar na educação básica, o ensino da temática sobre tecnologias disruptivas para o mundo do trabalho, meio ambiente e a vida social, incluindo inteligência artificial, internet das coisas, realidade virtual e aumentada, nanotecnologia, biotecnologia.

Proposição 21

Implantar política no ensino básico de educação inclusiva para alunos de altas habilidades e superdotação, visando estimular o desenvolvimento de suas habilidades.



TEMA 3

RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO NO PAÍS

Proposição 1

Promover políticas afirmativas na estratégia para formação e valorização de quadros nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, assegurando o protagonismo socioeconômico, político e cultural.

Proposição 2

Criar e promover programas de incentivo material e financeiro para inserção de pesquisadores nas empresas da Bahia, incluindo vagas exclusivas para Pessoas com Deficiência (PCD), abrangendo empresas privadas, órgãos públicos, organizações não governamentais e, preferencialmente, pesquisadores oriundos dos segmentos formativos dos territórios de identidade, além de atrair empresas para o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação no ambiente das ICTs.

Proposição 3

Implementar mecanismos de gestão de receitas próprias, incluindo a remuneração de serviços técnicos e especializados prestados pelas ICTs, pesquisadores e técnicos.

TEMA 4

INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DOS ATORES DO SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NOS SEUS VARIADOS NÍVEIS E ESFERAS DE ATUAÇÃO

Proposição 1

Construir uma agenda permanente pactuada entre os diferentes atores dos ecossistemas estadual, territoriais e locais, incluindo governos, empresas, entidades de classes empresariais, universidades, Institutos Federais de Educação, educação básica, agências de fomento, sociedade civil e ONGs, com instrumentos capazes de mapear e potencializar a integração desses atores, além de promover ações colaborativas e cooperativas, como a governança de ecossistemas, fóruns, comitês e conferências itinerantes.

Proposição 2

Estimular a criação de conselhos territoriais de CT&I, tornar ativos os já existentes, a partir dos CO-DETERs, e instituir a participação dessas representações no CONCITECI, fomentando a participação pública, social e privada, com ênfase na elaboração de projetos e planos de ação integrados.



Proposição 3

Desenvolver ações que fomentem políticas de compartilhamento de infraestrutura e conhecimento, incluindo espaços multiusuários, visando à integração das instituições de ciência, tecnologia, inovação e informação com as comunidades de seu entorno, e fomentar a participação efetiva de pessoas com deficiência.

Proposição 4

Alinhar as ações dos NITs ao Marco Legal de CT&I, realizando editais que contemplem o desenvolvimento de projetos multidisciplinares e interdisciplinares, de acordo com as demandas territoriais.

Proposição 5

Fomentar, por meio de editais, a criação e manutenção de portais e plataformas baseadas em design universal de dados sobre CT&I, visando a difusão e amplo acesso, em linguagem acessível e com acessibilidade, à produção científica, tecnológica e de inovação do estado da Bahia e do Brasil, com a aprovação e uso de software livre.

Proposição 6

Criar observatórios do desenvolvimento científico, técnico, tecnológico, inovação e divulgação científica, em LIBRAS e braile, vinculados às instituições de ensino, pesquisa e extensão, organizações não governamentais referendadas pelo MROSC, associações e órgãos de governo, que visem o desenvolvimento territorial.

Proposição 7

Criação/Implantação do Sistema Estadual que integre os ecossistemas locais e territoriais de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Proposição 8

Criar um fórum territorial permanente para fomento de políticas públicas de educação superior e básica para a ciência, tecnologia e inovação.

Proposição 9

Apoiar a criação e incorporação de soluções das diversas tecnologias que agreguem conhecimento histórico e cultural no âmbito das comunidades.

Proposição 10

Promover, integrar e fomentar a utilização de sistemas informatizados de gestão de processos para os atores dos ecossistemas estadual, territoriais e locais (governos, empresas, universidades, Institutos Federais de Educação, agências de fomento e sociedade civil).

Proposição 11

Garantir a execução dos programas e projetos de CT&I propostos para o Estado, em todos os territórios de identidade da Bahia, capacitando todo o recurso humano envolvido na execução e respeitando as particularidades locais.

Proposição 12

Recriação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), nos 27 territórios de identidade do estado, que auxiliarão as câmaras territoriais e conselhos municipais de CT&I.

Proposição 13

Retomar o programa de Fortalecimento do Sistema Local de Inovação (FSLI), desenvolvido pela FAPESB, de modo a estruturar e fortalecer os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT).

Proposição 14

Implantar a rede colaborativa de CT&I com base no uso de software livre das plataformas digitais.

TEMA 5

REDUÇÃO DAS ASSIMETRIAS REGIONAIS NO SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Proposição 1

Fomentar e implementar Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em tecnologias sociais e digitais, com foco em ações e soluções para a erradicação da pobreza e das desigualdades nos territórios de identidade da Bahia.

Proposição 2

Promover o acesso à informação e ao conhecimento técnico-científico e informacional, em linguagem acessível e com acessibilidade, para apoiar o desenvolvimento da inovação em todos os territórios de identidade da Bahia e do Brasil.

Proposição 3

Destinar e garantir um percentual mínimo de 50% dos recursos globais da SECTI e FAPESB para projetos executados com a participação de ICTs localizadas fora da RMS, respeitando o princípio de equidade da política territorial prevista na Lei 13.214, como mecanismo de desconcentração dos investimentos e da capacidade de criação de soluções baseadas em CT&I.

Proposição 4

Priorizar o fomento a estruturas de PD&I multiusuárias e mult institucionais públicas acessíveis e inclusivas.

TEMA 6

AVANÇO DA PESQUISA CIENTÍFICA BÁSICA E DAS SUAS APLICAÇÕES, VISANDO EXPANDIR AS FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO

Proposição 1

Estabelecer e fomentar mecanismos de acesso a dados abertos, promovendo o compartilhamento de informações de CT&I, de forma integrada e colaborativa, em âmbito estadual e territorial, incluindo atores, ações, pesquisas, demandas, ofertas tecnológicas e boas práticas, com atualização continuada e conexão com outras bases existentes, com o apoio dos NITs, para garantir a proteção da propriedade intelectual.

Proposição 2

Fomentar e desenvolver Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em geodiversidade, geoconservação, geoturismo, geoparques, planejamento urbano, gestão de resíduos sólidos, lixo tecnológico e resíduos provenientes de energia eólica e solar, nos 27 Territórios de identidade da Bahia.

Proposição 3

Promover ações de levantamento diagnóstico e mapeamento das infraestruturas e competências voltadas à pesquisa científica e empreendedorismo tecnológico nas instituições de ciência e tecnologia (ICTs), instituições de ensino superior privadas, com ou sem fins lucrativos, e instituições de educação básica nos 27 Territórios de Identidade da Bahia, com o objetivo de diagnosticar deficiências e precariedades, de acordo com a vocação de cada território, visando ao fortalecimento das estruturas existentes e à criação de novos polos tecnológicos e de inovação, priorizando regiões atualmente desassistidas.

Proposição 4

Disponibilizar e divulgar, de forma ampla e segura, um sistema online, integrado em rede e gratuito, desenvolvido para coletar, sistematizar e difundir dados, contendo as iniciativas desenvolvidas em todo o ecossistema de CT&I nos âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional.



TEMA 7

DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS E PORTADORAS DE FUTURO EM DISTINTAS ÁREAS, COM DESTAQUE PARA AS ÁREAS DE BIOTECNOLOGIA, NANOTECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Proposição 1

Fomentar e promover ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) para a prevenção, controle e combate a incêndios florestais, desastres naturais, catástrofes naturais e artificiais, aquecimento global, desertificação, enchentes, degradação ambiental do bioma Caatinga, pragas e doenças nas produções agrícolas, inclusive em comunidades indígenas, quilombolas e povos tradicionais, bem como para o monitoramento, manutenção, preservação e conservação da biodiversidade, com financiamento do Estado, a partir das escutas e protagonismo social, e o desenvolvimento de projetos e centros de pesquisa em IA, com ações que promovam a formação sobre o uso e as aplicações sociais desta tecnologia.

Proposição 2

Fomentar Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em IA, de modo a promover o desenvolvimento social e de projetos de melhoria de qualidade de vida.

Proposição 3

Fomentar Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis, novos materiais, computação avançada e inteligência artificial.

Proposição 4

Promover pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) através de projetos que fomentem a inteligência artificial nos segmentos de educação e empreendedorismo.

Proposição 5

Fomentar Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (PD&I) em tecnologias disruptivas e portadoras de futuro, em distintas áreas e, preferencialmente, de forma interdisciplinar, com destaque para as áreas de biotecnologia, nanotecnologia, bioinovação e inteligência artificial.

Proposição 6

Fomentar a produção de pesquisa e parcerias público-privadas para investigações em inteligência artificial, biotecnologias e nanotecnologias.



TEMA 8

APROVEITAMENTO DO POTENCIAL DA BIODIVERSIDADE NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PAÍS

Proposição 1

Fomentar e assegurar, por meio dos recursos oriundos do Fundo Financeiro de Estímulo à Inovação e Tecnologia - FFEIT, a Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PD&I) em Bioeconomia e Sustentabilidade Ambiental, abrangendo: (I) Ensino/Educação em PD&I; (II) Conservação e sustentabilidade; (III) Desenvolvimento socioeconômico apoiado no desenvolvimento tecnológico com base na biodiversidade, conhecimento tradicional e produção territorial; (IV) Adaptação e mitigação aos efeitos das mudanças climáticas; (V) Tecnologias Sociais; e (VI) Mitigação dos efeitos colaterais provocados pelas fontes de energias renováveis e mineração.

Proposição 2

Promover e fomentar Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PD&I), de forma sustentável, em segurança hídrica, abrangendo oferta, conservação, reuso, qualidade, tratamento e produção de água.

Proposição 3

Criar uma política de desenvolvimento energético territorial sustentável, visando o incentivo ao uso de energias renováveis em equipamentos públicos voltados à CT&I, incluindo a meta-reciclagem e a implantação de redes livres.

Proposição 4

Promover o desenvolvimento sustentável por meio da inovação, com ênfase nos princípios da economia circular, criativa e solidária, incluindo a redução e reaproveitamento de resíduos, a implantação de usinas de reciclagem e o fomento à criação de empresas de logística reversa em conformidade com a Lei 12.305/2010.

Proposição 5

Criar um programa municipal e estadual para a identificação, compartilhamento de experiências, disseminação, certificação e premiação de boas práticas de tecnologias sociais e práticas sustentáveis, a partir de experiências territoriais.

Proposição 6

Implementar programas de apoio para iniciativas de gestão de resíduos sólidos e orgânicos, educação ambiental em comunidades indígenas, quilombolas, povos tradicionais, fomentando a economia circular, preservação da biodiversidade e logística reversa, implementando formações de multiplicadores da sustentabilidade dentro das comunidades.

Proposição 7

Promover o desenvolvimento de tecnologias de mineração menos impactantes e sustentáveis, por meio da inovação, com ênfase nos princípios da utilização racional da água, do solo e das fontes renováveis de energia para a produção mineral, com redução e reaproveitamento de resíduos.

Proposição 8

Estimular o desenvolvimento sustentável e a utilização de tecnologias sociais para o fortalecimento de economias circular e solidárias, com equidade social e conservação ambiental para o bem viver.

TEMA 9

CONSOLIDAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE ARCABOUÇO LEGAL ADEQUADO À NATUREZA DAS ATIVIDADES DE PESQUISA CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E DE INOVAÇÃO

Proposição 1

Estabelecer o arcabouço legal estadual e municipal, promovendo a inovação, o registro de PI e a transferência de tecnologia, estimulando a integração do Ecossistema (ICTs, iniciativas pública, privada e sociedade civil, agências de fomento e financiamento) de forma descentralizada e autônoma, fortalecendo políticas de interiorização através dos territórios de identidade, contemplando todos os municípios do Estado, e criando instrumentos de incentivos acadêmicos e empresariais para o estabelecimento de parcerias entre as ICTs e o setor produtivo.

Proposição 2

Garantir e manter um percentual da arrecadação das receitas correntes líquidas do Estado da Bahia para as Universidades Estaduais, públicas, com sede ou campus no território baiano, definindo uma rubrica para a pesquisa aplicada, científica, tecnológica, inovação e extensão, especialmente em temas estratégicos para atender as demandas dos territórios.

Proposição 3

Garantir e manter um percentual da arrecadação das receitas correntes líquidas do Estado da Bahia para as Escolas Públicas de Educação Profissional, as escolas famílias agrícolas e indígenas, definindo uma rubrica para a pesquisa aplicada, científica, tecnológica, inovação e extensão, especialmente em temas estratégicos para atender as demandas dos territórios.

Proposição 4

Implementar e fomentar, mediante políticas de incentivo fiscal, o desenvolvimento e fortalecimento dos ecossistemas de CT&I, de forma equânime, em todos os territórios de identidade, priorizando o interior do Estado.

Proposição 5

Promover a expansão de ações para que o Estado da Bahia e seus municípios priorizem a aquisição de produtos e serviços tecnológicos, científicos e inovadores desenvolvidos no Estado, inserindo mecanismos no marco de ciência, tecnologia e inovação que incentivem essa prática.

Proposição 6

O Estado da Bahia, a União, estados e municípios devem garantir a previsibilidade e a estabilidade do fomento à CT&I, assegurando a concessão financeira mínima prevista na legislação como mecanismo de desenvolvimento, protegido de qualquer ingerência do setor financeiro da administração, e promovendo financiamentos e ações para a interiorização da CT&I, respeitando a diversidade e características regionais, culturais de populações LGBTQIA+, indígenas, quilombolas e privados de liberdade.

Proposição 7

Desenvolver políticas públicas e programas alinhados à política estadual de desenvolvimento territorial continuada, estimulando o desenvolvimento sustentável ambiental, social e de governança (ESG), além da utilização de tecnologias sociais para o fortalecimento de economias circular e solidárias, com equidade social e conservação ambiental para o bem viver.

Proposição 8

Aprimorar, atualizar e acompanhar o cumprimento do marco legal brasileiro e seus respectivos instrumentos para a divulgação e popularização do conhecimento científico-tecnológico, empreendedorismo e inovação no Estado, territórios de identidade e municípios, além de fomentar a criação do marco legal nos municípios.

Proposição 9

Garantir um percentual de arrecadação do Estado da Bahia para as escolas públicas de ensino regular básico, definindo uma rubrica para a pesquisa aplicada e extensão.

NOVAS PROPOSIÇÕES PARA O EIXO I QUE NÃO SE ENQUADRAM NOS TEMAS ACIMA

Proposição 1

Fomentar Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em Tecnologia Assistiva, Acessibilidade e Inclusão.

Proposição 2

Fomentar pesquisas de e com desenvolvimento das populações indígenas, validando os conhecimentos tecnológicos e ancestrais.

Proposição 3

Implementar política de apoio e financiamento à aquisição de recursos técnicos e tecnológicos aos servidores públicos.

Proposição 4

Investir em Tecnologias de segurança para oferecer mais proteção ao ambiente escolar.

Proposição 5

Criar estratégia permanente de comunicação social para difusão social do conhecimento, através dos meios de comunicação tradicionais e digitais.



6.2 Eixo 2 - Reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas

TEMA 1 AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS INOVADORAS NO PAÍS

Proposição 1

Estimular o desenvolvimento de inovações tecnológicas e programas de formação em tecnologias habilitadoras para agregação de valor a produtos, processos e serviços locais, visando destacar o estado da Bahia nos cenários nacional e internacional, e estabelecer um programa estadual de apoio a startups, MEIs, micro, pequenas e médias empresas inovadoras, produtores rurais, agricultores familiares, associações, cooperativas e empresas juniores.

Proposição 2

Criar mecanismos efetivos que premiem e certifiquem, através de selos de classificação, ou incentivem as empresas, instituições, produtores rurais, agricultores familiares, cooperativas, associações, ICTs e ambientes promotores de inovação pela criação, desenvolvimento ou atração de empresas de bases tecnológicas, socioambientalmente sustentáveis, para os territórios baianos, conforme a legislação vigente, e desenvolver estratégias de acompanhamento para esses processos.

Proposição 3

Criar ou reforçar ambientes dinamizadores de inovação, em regiões estratégicas do estado, para interiorizar e regionalizar as práticas e benefícios que a inovação desenvolvimentista pode propiciar em diversos municípios baianos.

Proposição 4

Criar mecanismos para desburocratizar, aperfeiçoar e publicizar processos de abertura de empresas inovadoras.

Proposição 5

Criar um Programa de Transformação Digital para todos os municípios, pautado em inovação incremental, de processos e organizacional, com vistas à melhoria da eficiência, integração e desburocratização da máquina pública.

Proposição 6

Criar um Programa de Transformação Digital orientado para empresas, cooperativas, associações, agricultores familiares e produtores rurais, baseado em inovação para a sustentabilidade dos negócios, com ênfase nos segmentos de comércio de bens, serviços, turismo e indústria.

Proposição 7

Criar um Programa para estímulo, desenvolvimento e capacitação tecnológica para a Economia Criativa, Solidária, moedas sociais e projetos socioculturais.

Proposição 8

Promover a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação voltada para o Comércio, Serviço e Turismo.

Proposição 9

Criar mecanismos de incentivo para a implantação de e-commerce nas micro, pequenas e médias empresas.

Proposição 10

Criar mecanismos de fomento à inovação, a partir da inserção de profissionais de tecnologia e engenharia, em micro, pequenas e médias indústrias.



TEMA 2 AUMENTO NOS INVESTIMENTOS EMPRESARIAIS EM INOVAÇÃO

Proposição 1

Criar mecanismos ágeis, incluindo editais de fomento, leis de incentivos e parcerias público-privadas, que desburocratizem e estimulem a iniciativa privada a investir em pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inclusive em parcerias com produtores rurais, agricultores familiares, associações, cooperativas, entidades públicas, ICTs, MEIs, MPes e startups locais.

Proposição 2

Fomentar a participação das Universidades Públicas Estaduais no capital social das empresas privadas, com a finalidade de desenvolver produtos ou processos inovadores, conforme o artigo 8º da Lei Estadual nº 14.531/2021.

Proposição 3

Criar e estimular políticas de facilitação de acesso ao crédito, de modo acessível e com taxas de juros diferenciadas, para empresas, cooperativas e associações, com o objetivo de auxiliar na aquisição de tecnologias de segurança cibernética em projetos com boas práticas e padrões nacionais e internacionais de segurança da informação.

Proposição 4

Incentivar e premiar empresas, cooperativas e associações que possuam programas de capacitação e conscientização disponibilizados para os seus funcionários, visando fortalecer a cultura de segurança digital.

Proposição 5

Incentivar novas tecnologias para criação de agroindústrias voltadas para o beneficiamento de frutas do bioma Cerrado.

Proposição 6

Incentivar o desenvolvimento de estudos e disseminação de tecnologias para a agricultura familiar e pequenos produtores, voltados para a agroecologia.

TEMA 3

ESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE COMPLEXOS INDUSTRIAIS TECNOLÓGICOS EM ÁREAS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, COMO AS ÁREAS DA SAÚDE, ENERGIA, DEFESA E SEGURANÇA E DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS

Proposição 1

Fomentar Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em infraestrutura logística e de conectividade para o transporte de pessoas, mercadorias, acessibilidade, serviços e informação em economia digital, segurança digital, patentes e licenças, com apoio a complexos industriais tecnológicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

Proposição 2

Constituir um plano de investimento de médio e longo prazo para a área de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), de forma articulada entre os órgãos de fomento federal, estadual, municipal e ICTs, visando aumentar a competitividade das MPEs, médias empresas, agricultura familiar, comunidades e povos tradicionais, produtores rurais e outros setores estratégicos na Bahia.

Proposição 3

Construir um plano de investimento em energia limpa e/ou sustentável (solar, eólica, biomassa, etc.), com foco em autogeração e/ou distribuição para os setores do comércio de bens, serviços, indústria, turismo e comunidades, estabelecendo políticas de mitigação dos impactos ambientais.

Proposição 4

Construir um plano de desenvolvimento empresarial local que possa transformar a Bahia em um hub capaz de suprir a demanda dos setores eólico, solar, hidrogênio verde e outras fontes de energia alternativas, nos anos vindouros, seja para a implantação de novos projetos, seja para a manutenção de projetos existentes, apoiando, inclusive, o desenvolvimento de novas tecnologias que podem amplificar o potencial de geração do estado e da região, com estudos de viabilidade técnica, impacto social e ambiental.

Proposição 5

Promover eventos e desafios para desenvolver soluções para problemas sociais e setores empresariais específicos, especialmente voltados para MEI, micro, pequenas e médias empresas, com foco em escalabilidade e inovação aberta.

Proposição 6

Apoiar a implementação de programas de estímulo e suporte ao empreendedorismo social e tecnológico (como pré-incubação, aceleração, incubação), potencializando os espaços de inovação existentes, difundindo serviços tecnológicos e as melhores práticas relacionadas à proteção intelectual e transferência de tecnologia.

Proposição 7

Criação de um plano de desenvolvimento para transformação digital da área da saúde, com foco na interiorização de novas tecnologias.

Proposição 8

Fomentar a criação, aquisição e implantação do uso de soluções biotecnológicas para aplicações nas áreas da saúde, energia, defesa e segurança de tecnologias da informação e comunicação - TICS.

Proposição 9

Conduzir, avaliar e disseminar a aplicação dos projetos de inovação em ciência e tecnologia entre setores industriais e de serviços.

Proposição 10

Criar políticas estaduais de incentivo tecnológico à agroindústria.

Proposição 11

Criar programa de estímulo para todos os municípios na criação e implementação da lei de inovação.

Proposição 12

Incentivar o desenvolvimento do complexo econômico e industrial em áreas prioritárias, como saúde, energia, segurança e TICS.

Proposição 13

Investir na modernização e expansão da infraestrutura de laboratórios e centros de pesquisa nas áreas prioritárias.

TEMA 4

COLABORAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, E EMPRESAS, EM PROJETOS INOVADORES, INCLUINDO APOIO POR MEIO DE PARQUES TECNOLÓGICOS

Proposição 1

Fomentar Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em tecnologias habilitadoras com soluções industriais, priorizando alternativas para micro, MEIs, associações, cooperativas, pequenas e médias empresas, mediante a integração entre as diversas instituições de ensino básico, ICTs e de pesquisa baianas, públicas e privadas, em todas as esferas de governo e sociedade civil, incluindo produtores rurais e agricultura familiar em agroecologia, integrando organizações não governamentais, inventores independentes, movimentos sociais do campo, da cidade, das florestas e das águas, e buscando integrar laboratórios, observatórios em espaços públicos, empresariais, habitats de inovação e parques tecnológicos.

Proposição 2

Promover a interação, desenvolvimento conjunto e a transferência de tecnologia entre academia, instituições de ensino, setor produtivo, habitats de inovação, parques tecnológicos, OSCs, organizações e movimentos sociais dos povos do campo, da cidade, das florestas, dos biomas e das águas, respeitando o conhecimento tradicional associado à biodiversidade e ao patrimônio genético.

Proposição 3

Criar, estruturar e integrar um sistema de ambientes de inovação, incluindo incubadoras, hubs, parques tecnológicos acessíveis a pequenos produtores e agricultores, habitats de inovação, aceleradoras, alinhados à vocação de cada região, com ênfase na integração pública, social e privada.

Proposição 4

Fomentar parcerias e o estabelecimento de redes multi-institucionais, envolvendo órgãos públicos, privados, setor produtivo, associações, cooperativas, ICTs, instituições do terceiro setor e a sociedade civil organizada, com vistas ao desenvolvimento social e tecnológico para a formação de pessoas na Sociedade 5.0.

Proposição 5

Fomentar mecanismos para compartilhar informações, discutir tendências tecnológicas e oportunidades entre pesquisadores, empresas e ICTs, prioritariamente pelo compartilhamento de dados em rede própria, encontros e estudos, com foco na construção de tecnologias portadoras de futuro.

Proposição 6

Promover eventos e desafios, em parceria com ICTs, para desenvolver soluções para problemas sociais e setores empresariais específicos, especialmente voltados para MEI, micro, pequenas e médias empresas, com foco em escalabilidade e inovação aberta.

Proposição 7

Apoiar as pesquisas e projetos desenvolvidos por jovens de baixa renda, principalmente meninas, desde a ideiação até a obtenção de apoio, criando conexões estratégicas para fornecer recursos financeiros e técnicos, capacitação, mentoria e networking.

TEMA 5

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE EMPRESAS INOVADORAS DE BASE TECNOLÓGICA, INCLUINDO APOIO POR MEIO DE INCUBADORAS

Proposição 1

Criar suporte financeiro e estrutural a startups e ao empreendedorismo social e tecnológico, incentivando e estruturando um sistema de redes de incubadoras, hubs e ambientes de inovação alinhados à vocação de cada região, com ênfase na integração pública e privada, através de parcerias público-privadas e representações dos setores produtivos dos territórios, potencializando os espaços de inovação existentes, difundindo serviços tecnológicos, práticas relacionadas à proteção intelectual e transferência de tecnologia, e contribuindo para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Proposição 2

Apoiar a implementação de programas de estímulo e suporte ao empreendedorismo social e tecnológico (como pré-incubação, aceleração, incubação), potencializando os espaços de inovação existentes, difundindo serviços tecnológicos e as melhores práticas relacionadas à proteção intelectual, desenvolvimento e transferência de tecnologia para inovação.

Proposição 3

Criar mecanismos de incentivos às incubadoras, aceleradoras e ambientes de inovação para a realização de eventos regionais que conectem startups, empresas parceiras e investidores.

Proposição 4

Financiar e apoiar startups em inovações sustentáveis da pesca, eficiência energética, descarbonização, biodiversidade, valorização dos produtos da pesca e desenvolvimento local, destacando-se como referência nacional e internacional através da criação de fundo não reembolsável.



TEMA 6

EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM EMPRESAS NACIONAIS

Proposição 1

Fomentar e incentivar mecanismos de financiamento e a cooperação entre os atores públicos, privados e OSCs do ecossistema de CT&I, priorizando projetos e ativos compartilhados.

Proposição 2

Implementar Parques Tecnológicos no interior do estado da Bahia, com foco na Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Proposição 3

Viabilizar o investimento em pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico para micro, pequenas e médias empresas.

Proposição 4

Promover a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação, voltada para o comércio e o serviço.

Proposição 5

Financiar e apoiar soluções de impacto positivo na ação climática e sustentabilidade para desafios relacionados a resíduos sólidos, sustentabilidade e transição climática, com foco na descarbonização de diversos setores da economia, com o objetivo nacional de transição para uma economia de baixo carbono até 2030 e zero emissões de carbono até 2050.

TEMA 7

INTEGRAÇÃO ENTRE OS VARIADOS INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE FOMENTO À INOVAÇÃO, INCLUINDO ENCOMENDAS TECNOLÓGICAS E LEIS DE INCENTIVO, E ESTABELECIMENTO DE CONTRAPARTIDAS EMPRESARIAIS EFETIVAS PARA O APOIO PÚBLICO

Proposição 1

Atrair e estimular a criação de fontes sociais e privadas de financiamento à CT&I, por meio de leis de incentivo e programas de apoio público, em eixos estratégicos para o desenvolvimento na Bahia.

Proposição 2

Criar um programa de transformação digital para todos os municípios baianos, pautado em inovação de processos, com vistas à melhoria da eficiência e desburocratização da máquina pública.

Proposição 3

Simplificar o processo de contratação e disponibilização dos recursos públicos captados pelas empresas inovadoras.

Proposição 4

Estimular a contratação de empresas inovadoras locais por parte do poder público

6.3 Eixo 3 - Ciência, tecnologia e inovação para programas e projetos estratégicos nacionais e estaduais

TEMA 1

AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA E DAS CAPACIDADES TECNOLÓGICAS NACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO

Proposição 1

Garantir investimento contínuo no desenvolvimento sustentável da ciência, tecnologia e inovação, por meio de pesquisas, projetos e programas, apoiando a produção de conhecimentos técnicos e científicos que atendam as necessidades econômicas, sociais, políticas e culturais dos territórios.

Proposição 2

Fomentar a construção e implementação de espaços de valorização profissional e educativa nos territórios, como observatórios, museus, geoparques, centros de formação profissional e laboratórios, respeitando as particularidades regionais.

Proposição 3

Fortalecer e ampliar as oportunidades de formação e pesquisa no setor espacial, incluindo astrofísica, materiais, computação avançada, sistemas georreferenciais e novas tecnologias geoespaciais, com a possibilidade de ampliar recursos para pesquisa e desenvolvimento (P&D) e fortalecer as linhas de pesquisa existentes.

Proposição 4

Desenvolver e incentivar pesquisas no programa espacial, visando a manutenção de profissionais qualificados no Brasil e evitando a migração de talentos devido à falta de oportunidades no país.

Proposição 5

Investir e incentivar pesquisas, projetos e programas que visem a ampliação da autonomia das capacidades nacionais, valorizando tanto os profissionais brasileiros quanto aos recursos existentes no país.

Proposição 6

Garantir que, em todos os projetos executados na Base de Alcântara, haja um percentual mínimo de 30% de participação efetiva nacional, além de promover o compartilhamento de projetos e recursos. Desenvolver satélites com o objetivo de diminuir a dependência externa e melhorar a coleta e processamento de dados para sistemas de comunicação, fiscalização ambiental e segurança nacional.

Proposição 7

Incentivar o desenvolvimento contínuo em áreas como biotecnologia, computação, transição energética, levando em conta as características regionais e a interiorização das capacidades tecnológicas, promovendo o avanço no monitoramento e no uso de dados espaciais, o em parceria com instituições de ensino superior e sociedades científicas.

Proposição 8

Promover programas de formação e capacitação de recursos humanos especializados em engenharia aeroespacial e ciências relacionadas, fortalecendo a indústria nacional para produção de componentes e equipamentos espaciais.

TEMA 2

AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA E DAS CAPACIDADES TECNOLÓGICAS NACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO

Proposição 1

Assegurar o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa nuclear de forma efetiva e responsável, levando em consideração a segurança ambiental do território nacional e a existência de outras formas de energia renovável.

Proposição 2

alecer a pesquisa e a formação em engenharia nuclear na Bahia e no Brasil, visando fomentar competências e desenvolver aplicações para a solução de problemas específicos dos nossos territórios.

Proposição 3

Contribuir para o desenvolvimento e inovação de ferramentas de diagnóstico em diversas áreas de interesse, utilizando os avanços na pesquisa nuclear e outras tecnologias correlatas.

Proposição 4

Incentivar pesquisas e inovações tecnológicas voltadas para o monitoramento e a segurança ambiental nos projetos de energia nuclear, promovendo a sustentabilidade e a minimização de impactos, considerando outras formas de energia renovável e a integração de tecnologias para proteção ambiental.



TEMA 3

AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA E DAS CAPACIDADES TECNOLÓGICAS NACIONAIS NA DEFESA NACIONAL

Proposição 1

Fomentar Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em segurança pública, direitos humanos, gênero, diversidade, inclusão, tecnologias da informação e comunicação, integrando os sistemas de segurança federal, estadual e municipal, respeitando diferenças étnico-raciais, de gênero e de classe, e garantindo o abastecimento das necessidades nacionais, estaduais e municipais, integrando o turismo e a cultura local, com disponibilização de recursos para o desenvolvimento de equipamentos e aparelhos de monitoramento e garantia de segurança, visando a proteção das fronteiras, dos recursos naturais, da cultura e dos territórios dos povos originários, e erradicação de toda forma de tráfico ilegal.

Proposição 2

Promover a modernização dos serviços públicos por meio de soluções inovadoras, incluindo a implantação ou difusão de softwares abertos, livres ou proprietários, tornando-os mais seguros, eficientes, integrados, acessíveis, inclusivos e acessíveis à população, com formação e capacitação dos gestores públicos, priorizando tecnologias da informação e comunicação abertas ou livres e garantindo o direito à acessibilidade.

Proposição 3

Promover Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) no uso de tecnologias oriundas das culturas dos povos tradicionais, empregando-as em projetos de engenharia, arquitetura, saúde, cultura e outras áreas, com o objetivo de proteger as propriedades intelectuais desses povos. Paralelamente, fomentar PD&I em segurança pública e direitos humanos, incluindo o desenvolvimento de equipamentos e sistemas de monitoramento para a proteção das fronteiras, dos recursos naturais, da cultura e dos territórios dos povos originários, além da erradicação de todas as formas de tráfico ilegal.

Proposição 4

Fortalecer as capacidades de segurança cibernética, tanto para proteger infraestruturas críticas quanto para desenvolver ofensivas cibernéticas em contextos de defesa nacional. Além disso, implantar recursos tecnológicos para viaturas e aparelhos das equipes de ronda, com o uso de aplicativos e ferramentas de consulta de dados de pessoas, veículos e ocorrências, a fim de subsidiar ações preventivas, ostensivas e investigativas.

Proposição 5

Incentivar a modernização tecnológica e a informatização na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo maior eficiência e controle na gestão e distribuição dos recursos.

Proposição 6

Fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de segurança pública e cibernética, incluindo o uso de inteligência artificial para fortalecer a proteção de infraestruturas críticas e a criação de ferramentas de monitoramento, aplicativos e recursos tecnológicos integrados, visando a segurança nacional e a proteção dos territórios.

Proposição 7

Fomentar PD&I em tecnologias de informação e comunicação, com foco na segurança pública, promovendo a modernização dos sistemas de inteligência, integrando dados para ações preventivas e investigativas.

TEMA 4

REDUÇÃO DE VULNERABILIDADES EM CADEIAS PRODUTIVAS ESTRATÉGICAS, COMO NAS ÁREAS DA SAÚDE, ENERGIA, ALIMENTOS, MINERAIS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Proposição 1

Fomentar Pesquisa, Desenvolvimento, Tecnologias e Inovação (PD&I) em Saúde, com o estabelecimento de estruturas de formação e capacitação e estratégias para controle, prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças infecciosas e parasitárias, crônicas degenerativas, raras, ocupacionais, câncer, violências e agravos, dependências químicas, saúde mental e outras doenças emergentes e negligenciadas, incluindo tecnologias assistivas em saúde para permitir o acesso da população.

Proposição 2

Fomentar a implementação de estruturas de formação e capacitação, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) na produção, comercialização e distribuição de alimentos saudáveis e na defesa agropecuária, ciência e tecnologia de alimentos e segurança alimentar e dos alimentos, com foco na sustentabilidade e educação ambiental, levando em consideração os arranjos produtivos, cadeias produtivas, de base agroecológica e suas variantes na agricultura familiar, comunidades tradicionais, povos originários, comunidades ribeirinhas, quilombolas, povos de terreiros e na cultura e turismo nos territórios.

Proposição 3

Fomentar a implementação de estruturas de formação e capacitação, Pesquisa Tecnológica, Desenvolvimento, Inovação e Extensão Rural (PD&I) em agroindústria, alimentos biofortificados, associações, cooperativas, agricultura familiar, economia popular e solidária, segurança e autonomia alimentar, nutricional, hídrica e energética, turismo, cultura, e fomentar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Proposição 4

Fomentar a implementação de estruturas de formação e capacitação, Pesquisa Tecnológica, Desenvolvimento, Inovação e Extensão Rural (PD&I) em agroindústria, alimentos biofortificados, segurança e autonomia alimentar, nutricional, hídrica e energética, e economia solidária.

Proposição 5

Fomentar a implementação de estruturas de formação e capacitação, e incentivar pesquisas, desenvolvimento e inovação (PD&I) no uso de energias renováveis, com foco na geração distribuída, como hidrogênio verde, energia solar, eólica, biomassa, energia das marés e na avaliação estratégica dos impactos ambientais, socioambientais e histórico-sociais desses modelos de produção e utilização, sobretudo em territórios tradicionais, comunidades tradicionais, povos originários, comunidades ribeirinhas, quilombolas e povos de terreiros, garantindo que esses modelos de energia renovável se tornem uma política pública nacional de acesso e popularização.

Proposição 6

Promover PD&I voltados para o monitoramento, conservação, preservação e uso biotecnológico da biodiversidade dos diferentes biomas do estado, além de fomentar a educação ambiental para provocar mudanças de paradigmas no uso dos bens naturais e apoiar projetos de turismo sustentável, integrando atividades como geologia, espeleologia, arqueologia, astronomia, história e cultura.

Proposição 7

Fomentar PD&I em comunicação pública, fortalecendo uma comunicação confiável, assertiva, democrática e inclusiva nos diversos meios de comunicação (rádio, televisão, internet). Apoiar projetos de produção audiovisual que privilegiem a educação, cultura, ciência, saúde e tecnologia nos territórios de identidade.

Proposição 8

Fomentar e integrar a transformação digital nas políticas públicas, programas e ações de desenvolvimento urbano sustentável, levando em consideração as desigualdades das cidades e promovendo a cooperação entre os entes públicos e privados, a indústria e os centros de pesquisa, para o desenvolvimento da inteligência artificial.

Proposição 9

Fomentar PD&I em telemedicina, integrando-a ao programa de requalificação de unidades básicas de saúde e unidades de pronto atendimento (rede de atenção às urgências). Incentivar PD&I e a formação permanente para agricultores familiares, com base nas diferenças territoriais e mudanças climáticas, com ênfase no semiárido, além de desenvolver softwares integrados de monitoramento e gestão para a cadeia produtiva rural, focando na agricultura familiar, associações e cooperativas agrícolas.

Proposição 10

Ampliar as oportunidades de formação e pesquisa em áreas estratégicas como engenharia nuclear, astrofísica, materiais, computação avançada, sistemas georreferenciais, novas tecnologias geoespaciais, e outras, para fomentar competências e desenvolver soluções que atendam as necessidades dos nossos territórios.

Proposição 11

Implantar recursos tecnológicos para viaturas e aparelhos das equipes de ronda, utilizando aplicativos e ferramentas de consulta de dados para subsidiar ações preventivas, ostensivas e investigativas. Fortalecer as capacidades de segurança cibernética, tanto para proteger infraestruturas críticas quanto para desenvolver ofensivas cibernéticas em contextos de defesa nacional.

Proposição 12

Criar a Lei do Sistema Nacional de CT&I, conforme o art. 219-B da Constituição Federal, facilitando a atuação conjunta das esferas de governo, sociedade organizada e iniciativa privada. Incluir conteúdos mínimos de propriedade intelectual, transferência de tecnologia e empreendedorismo inovador nas matrizes curriculares do ensino médio, graduação e pós-graduação, como parte da estratégia para transformar o conhecimento gerado em inovação.

Proposição 13

Priorizar investimentos em infraestrutura colaborativa de pesquisa, incluindo centros multiusuário e redes de pesquisa e desenvolvimento focadas nos problemas dos territórios, com acesso aberto. Implantar centros de inovação nos territórios para promover o desenvolvimento educacional e socioeconômico, em parceria com a indústria e instituições de ensino, além de criar polos de pesquisa e desenvolvimento de software e outras tecnologias com os mesmos objetivos.

Proposição 14

Fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em mudanças climáticas, desertificação, sustentabilidade da Caatinga e outros biomas, promovendo a criação de startups focadas em energias renováveis e a inovação em tecnologias para monitoramento ambiental e mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

Proposição 15

Incentivar pesquisas na bioeconomia e no uso sustentável de recursos genéticos, valorizando o conhecimento tradicional associado, e promover a inovação em tecnologias de adaptação às mudanças climáticas, manejos sustentáveis e práticas agrícolas resilientes.

Proposição 16

Fomentar o desenvolvimento da indústria farmacêutica, com ênfase no aproveitamento de recursos naturais, promovendo pesquisas para o desenvolvimento de vacinas, medicamentos e equipamentos de proteção individual (EPIs), para atender demandas emergenciais de saúde e fortalecer o SUS.

Proposição 17

Incentivar PD&I na exploração e uso de recursos minerais e na geração de energia a partir de resíduos sólidos urbanos, promovendo a sustentabilidade socioambiental e o correto destino de rejeitos, além de integrar tecnologias para avaliação e monitoramento de áreas de risco.



6.4 Eixo 4 - Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social

TEMA 1

DEFESA E DIFUSÃO DA CIÊNCIA, A FIM DE SUPERAR PRECONCEITOS QUE NEGUEM OS SEUS MÉTODOS E VALORES

Proposição 1

Fomentar, fortalecer e financiar o estímulo à pesquisa e à difusão do conhecimento sobre ciência, tecnologia, inovação e resiliência às mudanças climáticas, de forma sustentável, diversa e inclusiva, por meio de programas, políticas públicas e campanhas educacionais na educação básica, técnica, tecnológica, profissional e superior, garantindo a participação ativa de estudantes e mulheres na produção do conhecimento, democratizando a sociedade digital e promovendo ações de economia criativa, economia solidária, empreendedorismo social e geração de trabalho e renda, com atenção ao uso de recursos naturais.

Proposição 2

Incentivar e promover o empreendedorismo, educomunicação, educação financeira, cooperativismo e incluir nas instituições de ensino em todos os níveis e modalidades, desde a educação infantil até o ensino médio, inclusive na educação popular e na educação de jovens e adultos (EJA), em suas matrizes e grades curriculares, o tema inovação e tecnologia, priorizando uma educação inclusiva que valorize o saber científico e popular, promovendo o exercício da democracia, ética e cidadania.



Proposição 3

Estimular, fomentar, apoiar e financiar a realização periódica de semana de CT&I em todos os territórios de identidade e municípios do estado da Bahia, incentivando a amplitude de iniciativas científicas e tecnológicas que considerem as diversidades.

Proposição 4

Fomentar a produção científica na educação básica (da cidade e do campo), no ensino técnico, tecnológico, profissional e superior, envolvendo povos originários e comunidades tradicionais, bem como espaços de educação popular de base comunitária, promovendo a interação entre ICTs, a difusão e popularização da ciência, estimulando o uso de softwares livres e tecnologias sociais, por meio de parcerias público-privadas, consórcios e financiamento público, não governamentais.

Proposição 5

Fomentar, apoiar e financiar a produção científica e tecnológica oriunda de organizações populares, tradicionais, identitárias, inventores independentes, ONGs, OSCs, OSCIPs, empresas juniores e outras organizações da sociedade civil.

Proposição 6

Assegurar, nos editais de CT&I, recursos específicos para a comunicação, divulgação e popularização da ciência, orientados para a produção de conteúdos acessíveis e inclusivos, voltados às organizações populares, inventores independentes, outras OSCs, comunidades tradicionais e povos originários, priorizando a adoção de softwares livres e tecnologias sociais, e assegurando a produção em línguas portuguesa, indígenas, de sinais, afro-brasileiras, de imigração e demais línguas presentes no Estado da Bahia.

Proposição 7

Assegurar recursos e meios, através de convênios de cooperação técnica, para a realização de eventos de CT&I e ações extensionistas promovidos por instituições, associações e coletivos em todos os territórios de identidade do estado, através de parcerias público-privadas e com organizações sociais populares, comunidades tradicionais, identitárias, ONGs, OSCs, OSCIPs, consórcios municipais e territoriais e CODETERs.

Proposição 8

Estimular ações de divulgação científica e educomunicativas nas diversas mídias, redes comunitárias e rádios escolares, via tecnologias digitais, analógicas e assistivas, com a adoção de licenças e tecnologias livres, garantindo a promoção de conteúdos acessíveis e inclusivos nas línguas portuguesa, indígenas, de sinais, afro-brasileiras, de imigração e demais línguas presentes no Estado da Bahia.

Proposição 9

Fomentar, apoiar e financiar as iniciativas das TVs universitárias, rádios comunitárias, emissoras públicas de rádio e TV, mídias impressas, laboratórios audiovisuais e digitais, associações, cooperativas, produtoras locais e independentes, criadores de conteúdo em geral e escolas de audiovisual para divulgação e popularização da ciência, garantindo a promoção de conteúdos acessíveis e inclusivos nas línguas portuguesa, indígenas, de sinais, afro-brasileiras, de imigração e demais línguas presentes no Estado da Bahia.

Proposição 10

Fomentar a política de capacitação e formação de tecnologias analógicas e digitais das comunidades rurais e população em condição de vulnerabilidade socioeconômica, através de parcerias com associações, cooperativas, escolas técnicas e universidades, instituições públicas e privadas.

Proposição 11

Fomentar subsídios para aquisição de tecnologias, com capacidade de produção para agricultura familiar, povos e comunidades quilombolas.

TEMA 2

AMPLIAÇÃO DO APOIO DA CIÊNCIA PARA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Proposição 1

Estimular, orientar, fomentar financeiramente, capacitar e promover a proteção da propriedade intelectual do estado e de todos os territórios, povos originários e comunidades tradicionais, com ações de preservação da biodiversidade e combate à biopirataria, assegurando o registro de pesquisas e inovações realizadas com fomento do estado, e reestruturar ou implantar núcleos de inovação tecnológica com apoio dos municípios, estados e união para proteger os atores produtores de ciência.

Proposição 2

Fortalecer, estimular e fomentar a rede EDUCOM/CAR/DFOC, em parceria com a CAR/SDR, as universidades públicas, federais, corporativas, SEPLAN, SECTI e os Núcleos Operativos das Redes Territoriais de Educomunicação (NORTE), visando a garantia de estrutura, a criação de residências técnicas e a formação de agentes multiplicadores em cada território de identidade, incluindo jovens das zonas rurais, comunidades tradicionais e identitárias.

Proposição 3

Desenvolver ferramentas tecnológicas de monitoramento e avaliação de políticas públicas, viabilizando a efetivação e o fortalecimento do controle social.

Proposição 4

Inserir o sistema municipal de educação nos diálogos que envolvem C&T e outras instituições, povos e comunidades.

TEMA 3

DIFUSÃO MASSIVA DA CONECTIVIDADE E CAPACITAÇÃO DIGITAL PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA

Proposição 1

Formular e criar uma política de acesso, expansão, popularização, monitoramento contínuo e manutenção de banda larga e redes comunitárias digitais, que promova ações de formalização, padronização e homologação de infraestrutura de conectividade digital, diagnóstico da atual infraestrutura de banda larga, interiorização de serviços agregados, como datacenters e outros equipamentos, fomento a pontos de concentração de banda larga (PTT) no interior do estado, priorizando o meio rural, utilização de modais públicos para interiorização da fibra óptica e outras tecnologias de última geração, desenvolvimento de políticas de financiamento e incentivo fiscal para provedores regionais e territoriais de internet, promoção da inclusão e letramento digital, consolidação de redes de comunicação regionais, e reaproveitamento e modernização de infraestruturas existentes para CT&I e demais usuários.

Proposição 2

Investir na implantação e manutenção de redes comunitárias e rádios escolares, via tecnologias digitais ou analógicas, com prioridade para comunidades historicamente negligenciadas, como comunidades rurais, tradicionais, originárias e periféricas, promovendo a comunicação e a educação no campo.

Proposição 3

Fomentar a interiorização da tecnologia de conectividade 5G, potencializando o acesso às tecnologias digitais.

Proposição 4

Criar programa popular de acesso à internet, utilizando provedores locais e regionais, visando atender comunidades rurais e áreas de difícil acesso não atendidas por grandes provedores.

Proposição 5

Ampliar o investimento na implementação e expansão da conectividade rural, com foco nas áreas de menor cobertura digital e promover a democratização do acesso à internet para a população rural.

TEMA 4

DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS E ASSISTIVAS

Proposição 1

Fomentar, garantir investimentos e lançar editais específicos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em defesa civil para a identificação, monitoramento, prevenção, controle, remediação e mitigação de riscos e danos socioambientais e áreas degradadas, assegurando parcerias com o setor público, privado, startups e pequenas empresas locais, com ênfase em comunidades negligenciadas, como povos tradicionais, originários e periféricos, e contemplando questões relacionadas às mudanças climáticas.

Proposição 2

Fomentar, apoiar, financiar e garantir investimentos com lançamentos de editais que assegurem a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em materiais e tecnologias construtivas sustentáveis, priorizando habitação social, construções rurais e o desenvolvimento urbano e rural, com ênfase em áreas negligenciadas, como povos tradicionais, originários e periféricos, promovendo também a acessibilidade e o suporte à agricultura familiar, por meio de parcerias públicas e privadas.

Proposição 3

Desenvolver, aprimorar, apoiar e executar ações de tecnologia e inovação, viabilizando o fortalecimento logístico e estrutural na comercialização de produtos artesanais, culinários e outros, das organizações da sociedade civil e dos povos originários e comunidades tradicionais (como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, geraiseiras, assentamentos e acampamentos de reforma agrária), através da promoção e ampliação de feiras livres criativas, solidárias, agroecológicas e orgânicas, a criação de plataformas de venda digital, a multiplicação de pontos de venda em aeroportos, rodoviárias e postos, bem como projetos de incubadoras sociais locais e e-commerce.

Proposição 4

Ampliar, estimular, apoiar e financiar o fomento a programas de formação científica, tecnológica e de inovação, com especial atenção às áreas aplicadas e estratégicas de pesquisa e extensão, definidas a partir de consultas sociais e manifestações dos conselhos vinculados à CT&I, em todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo escolas famílias agrícolas, com foco na promoção do desenvolvimento sustentável, na política de desenvolvimento territorial e no uso de tecnologias sociais.

Proposição 5

Fomentar a identificação e mapeamento de tecnologias sociais e conhecimentos tradicionais para desenvolver e implementar uma plataforma web e app, acessíveis às pessoas com deficiência, de código livre e colaborativa, que permita o compartilhamento gratuito da base de dados, informações e referências, com conteúdo de tecnologias sociais, geoestatísticas e geotecnologias, incluindo georreferenciamento multifinalitário, apoiado em infraestrutura indispensável, criando mecanismos de popularização dos dados por meio de ações de extensão rural, periférica e universitária (IES), assegurando a propriedade intelectual e respeitando a lei de proteção de dados.



Proposição 6

Fomentar, apoiar e financiar o desenvolvimento de tecnologias sociais e assistivas nos territórios, municípios e nas OSCs, bem como a criação, contratação e estruturação de ADTTS (Agente de Desenvolvimento Territorial de Tecnologia Social) e dos NTCT (Núcleos de Tecnologia e Ciência dos Territórios).

Proposição 7

Fomentar, apoiar e financiar a integração e difusão da tecnologia social e assistivas nas e entre as comunidades locais, povos tradicionais, originários e periféricos, utilizando os equipamentos das universidades estaduais, federais, particulares, ICTs públicas e privadas, escolas públicas, escolas do campo, escolas famílias agrícolas e demais equipamentos de inovação, a partir de parcerias previamente estabelecidas, tornando-os acessíveis.

Proposição 8

Instituir programa de financiamento de pesquisa e inovação, garantindo o acesso e a capacitação das tecnologias sociais, com prioridade para povos tradicionais, originários e periféricos, para a convivência com os diversos biomas da Bahia diante das mudanças climáticas.

Proposição 9

Incentivar, apoiar, financiar e buscar a interação entre os atores do sistema de inovação baiano, com prioridade para povos tradicionais, originários, periféricos e agricultura familiar, para tecnologias sociais, economia circular e solidária, e tecnologias assistivas, valorizando suas especificidades por meio de práticas sustentáveis, em parcerias federativas.

Proposição 10

Fomentar, apoiar e financiar editais específicos, contínuos e com periodicidade programada, para incubadoras sociais, startups, empresas juniores, startups intergeracionais (idosos e jovens) e PCDs, por áreas de conhecimentos como agricultura familiar, agroecologia, economias criativa e solidária, e-gov, entretenimento, culturas populares e identitárias, ecoturismo e turismo de base comunitária, entre outros, assegurando assistência técnica continuada e combate ao etarismo tecnológico.

■ AS PROPOSTAS ORIGINÁRIAS DA 5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CT&I

Proposição 11

Implementar sistemas de coleta seletiva inteligente-IOT com sensores para a reciclagem de dados.

Proposição 12

Viabilizar o desenvolvimento de pesquisa para levantamento das sementes crioulas existentes e a criação e manutenção de bancos de sementes comunitárias com métodos de armazenamento e conservação adequados.

Proposição 13

Fomentar o uso de tecnologias sociais para recuperação e conservação de solos nos diversos biomas, de acordo com suas especificidades.

Proposição 14

Instituir programas de financiamento de pesquisa e inovação, garantindo o acesso e capacitação das tecnologias sociais vinculadas aos territórios, que ofereçam condições seguras para a convivência lúdica de crianças e idosos em espaços urbanos e rurais.

TEMA 5

APOIO A ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ARTICULADOS COM INSTITUTOS E CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS

Proposição 1

Fomentar, apoiar e financiar Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) para o desenvolvimento territorial, envolvendo currículos escolares, ética multidimensional e fortalecimento da cultura do pertencimento identitário, assegurando parcerias público-privadas e valorizando a diversidade linguística e cultural das comunidades.

Proposição 2

Fomentar, apoiar e financiar Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em biomas baianos — Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Ecossistema Costeiro — com foco na diversidade, conservação, recuperação, restauração, potencialidades e possibilidades de utilização socioambientalmente sustentável, assegurando parcerias público-privadas e garantindo o acesso à capacitação das tecnologias sociais para a convivência com os diversos biomas.

Proposição 3

Promover, apoiar e financiar polos de pesquisas, desenvolvimento e inovação tecnológica territoriais, mediante parcerias locais, estaduais, nacionais e internacionais, nos territórios de identidade, assegurando parcerias sustentáveis.

Proposição 4

Incentivar, mapear, apoiar, financiar e fomentar pesquisas e difusão para a preservação do patrimônio material e imaterial, valorização das tradições, línguas, modos de vida e culturas locais, a partir dos ecossistemas territoriais, por meio de editais e da criação, divulgação e manutenção de plataformas territoriais de cultura, como acervos digitais e espaços de referência na internet de cada território de identidade.

Proposição 5

Estimular, apoiar e financiar o ensino, pesquisa, extensão e ações afirmativas, em parceria com as cadeias e sistemas produtivos locais, especialmente os ligados à sociobiodiversidade, visando o amadurecimento de arranjos produtivos territoriais e incentivando a formação de associações e cooperativas de produção.

Proposição 6

Formular, apoiar e financiar programas que promovam o desenvolvimento sustentável e solidário, e a utilização de tecnologias sociais para viabilizar os processos de inclusão social produtiva na perspectiva civilizatória do bem viver e da territorialização das políticas públicas.

Proposição 7

Valorizar, apoiar e financiar o conhecimento tradicional, trazendo-o para a luz da produção tecnológica, a partir de vivências agroecológicas e sustentáveis, estimulando parcerias junto às instituições públicas e privadas, para reconhecer e visibilizar a produção tecnológica das comunidades tradicionais em seus territórios, abrangendo práticas medicinais, manejo de minerais e recursos hídricos, dentre outros.

Proposição 8

Criar e subsidiar mercados diferenciados, bem como circuitos curtos de produção e comercialização, para valorização dos produtos da agricultura familiar, camponesa, dos povos originários, comunidades de fundo e fecho de pasto, pesqueiros, quilombolas, de terreiros e demais comunidades tradicionais, incluindo produtos de todos os biomas, caprino e ovinocultura, cadeias produtivas da pecuária, das cooperativas e associações, visando melhorar a geração de renda das comunidades, o empoderamento, valorização de seus modos de vida, fortalecimento e resgate de suas culturas, promovendo a gestão dos seus negócios e a sustentabilidade dos recursos naturais nos territórios de identidade, com apoio em técnicas, tecnologias e parcerias de ensino, pesquisa e extensão.

Proposição 9

Fomentar junto às universidades e institutos o desenvolvimento, divulgação e implantação de tecnologias e equipamentos voltados à agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais.

Proposição 10

Criar programas de pesquisas, valorização e reconhecimento dos produtos não convencionais, com a finalidade de complementação na merenda escolar e comercialização.

TEMA 6

VALORIZAÇÃO E APOIO A POPULAÇÕES HISTORICAMENTE SUB-REPRESENTADAS NO SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Proposição 1

Fomentar, apoiar e financiar Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em cultura local, culturas e línguas de povos e comunidades tradicionais e não tradicionais, prioritariamente indígenas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos, ciganos, comunidades de fundo e fecho de pastos, entre outros, assegurando parcerias públicas e privadas.

Proposição 2

Capacitar profissionais e agentes multiplicadores para mapear, monitorar e divulgar doenças negligenciadas que afligem povos indígenas, quilombolas, população negra, comunidades tradicionais, não tradicionais, LGBTQIAPN+, e grupos em situações de vulnerabilidade, fomentando o uso de tecnologias sociais e assistivas, com a criação de centros especializados e promovendo o mapeamento, preferencialmente, por membros oriundos dessas comunidades.

Proposição 3

Estimular, apoiar e financiar ações que favoreçam a inclusão, equidade e permanência de indígenas, quilombolas, ciganos, geraizeiros, comunidades de fundos e fecho de pasto, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e todos os povos e comunidades tradicionais em espaços formais e não formais de educação, em todos os níveis e modalidades de ensino, garantindo o uso de suas línguas e saberes tradicionais, bem como assegurando o acesso à ciência e tecnologia.

Proposição 4

Promover, apoiar e financiar políticas públicas territoriais e programas de caráter inclusivo e condições acessíveis que atendam povos originários, comunidades tradicionais e economias locais, incluindo escolas de educação básica, famílias agrícolas, superior e do/no campo, valorizando uma perspectiva agroecológica e ambiental, a partir da promoção de tecnologias sociais, assistivas/inclusivas e de acessibilidade para o desenvolvimento socioeconômico e socioambiental, assegurando o uso de suas línguas e saberes tradicionais.

Proposição 5

Implementar, fomentar e ampliar ações de certificação, indicação geográfica e/ou selo de produtos e conhecimentos de origem de povos originários, comunidades tradicionais, populares, agricultura familiar e empreendimentos de economia solidária e criativa, utilizando QR CODE ou sistemas similares para tornar o processo acessível.

Proposição 6

Fomentar espaços de diálogo com os povos originários e comunidades tradicionais, reconhecendo e valorizando a importância do saber popular, para que as demandas tecnológicas possam ser apresentadas pelas próprias comunidades, através da cogestão com agências do Estado, universidades públicas e privadas, institutos federais, ONGs, equipamentos de inovação, movimentos sociais e instituições de ensino, a fim de identificar temas norteadores para o desenvolvimento de tecnologias, garantindo acessibilidade para pessoas com deficiência.

Proposição 7

Viabilizar, apoiar e financiar um programa que estimule a sistematização e registro de saberes, fazeres, sabores e produtos tradicionais, bem como de agricultura familiar, garantindo governança e apropriação de seus resultados pelas e para as comunidades.

Proposição 8

Viabilizar, apoiar e financiar o patenteamento e registro da propriedade intelectual de saberes, fazeres e produtos tradicionais, garantindo royalties e dividendos para as comunidades detentoras, com estímulo e orientação à proteção desses saberes pelo Estado e facilitando o processo para instituições de ensino técnico e científico.

Proposição 9

Instituir políticas afirmativas nas ações de fomento de CT&I para a inclusão dos grupos socialmente excluídos, garantindo a acessibilidade na criação, produção e divulgação científica, promovendo a divulgação das contribuições africanas e suas diásporas, indígenas, povos originários, comunidades tradicionais, mulheres, comunidade LGBTQIAPN+ e pessoas em situação de rua, integrando essas contribuições à identidade científica e social.

Proposição 10

Promover a divulgação das contribuições africanas e suas diásporas, indígenas, povos e comunidades tradicionais e de mulheres na história da ciência e tecnologia.

TEMA 7

GERAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS PARA AMPLIAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E ERRADICAR A FOME NO BRASIL

Proposição 1

Fomentar, apoiar e financiar Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em agroecologia, integração lavoura-pecuária-floresta, agrofloresta, apicultura, meliponicultura, aquicultura, economia solidária, criativa, circular e bioconstrução, assegurando parcerias com setores públicos e privados, mapeando ações existentes para garantir investimentos concretos, e atendendo às demandas de segurança alimentar e nutricional, conforme a Lei Orgânica de Segurança Alimentar, com foco na agricultura familiar e sucessão geracional.

Proposição 2

Fomentar, apoiar e financiar feiras agroecológicas, orgânicas, comunitárias, municipais, territoriais, macroterritoriais e agropecuárias como espaços de construção de saberes, fazeres e sabores científicos, tecnológicos e de oralidade, promovendo a autonomia dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais na comercialização de produtos agrícolas e agropecuários, com certificações como o selo ARTE, orgânico e outros que favoreçam a segurança alimentar e nutricional.

Proposição 3

Criar, apoiar e financiar programa de incentivo à pesquisa e inovação, em parceria com empresas, mercados e instituições, para estruturação de sistemas produtivos locais de produção com foco em agroecologia e agroenergia, voltados para mercados tradicionais (PNAE, PAAs, SUS e SUAS), diferenciados, institucionais e privados, além de ampliar pesquisa e inovação para receitas e derivados de produtos secundários de alimentos não convencionais.

Proposição 4

Criar, apoiar, ampliar e financiar um programa territorial de formação em gestão financeira e apoio tecnológico para empreendimentos da agricultura familiar, assim como implementar agroindústrias em áreas com perfil econômico e social similares, que atendam às demandas da cadeia produtiva local, priorizando a agricultura familiar, quintais produtivos, agroecologia, agricultura de subsistência, orgânica, biodigestores e demais tecnologias sociais desenvolvidas no semiárido.

Proposição 5

Incentivar a implementação de agroindústrias em áreas com perfil econômico e social semelhantes, que atendam às demandas da cadeia produtiva local, priorizando a agricultura familiar.

Proposição 6

Ampliar pesquisa e inovação para o desenvolvimento de novos produtos, a partir dos subprodutos dos processos produtivos e provenientes de plantas alimentícias não convencionais (PANCs), garantindo a geração de renda para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais.

Proposição 7

Fomentar pesquisa, desenvolvimento e inovação em programas voltados para saúde e segurança do trabalho rural e urbano.

***O presente relatório consta de anexos que serão enviados posteriormente**





GOVERNO DO ESTADO



SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO
PRESENTE
**FUTURO
PRA GENTE**